



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

**AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE CARGA E PERCEPÇÃO DOS
TURISTAS EM RELAÇÃO À QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE
PRAIAS NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE: O CASO DA PRAIA DO TOFO**

Edson Aires do Nascimento

Inhambane, 2023

Edson Aires do Nascimento

Avaliação da capacidade de carga e percepção dos turistas em relação à qualidade ambiental e gestão de praias no município de Inhambane: O caso da praia do Tofo.

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos.

Supervisor: Prof. Doutor Daniel Augusta Zacarias

Inhambane, 2023

Declaração

Declaro que este trabalho de fim do curso é resultado da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, e que nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra Instituição.

Assinatura

(Nome completo do estudante)

Data: ____/____/____

Edson Aires do Nascimento

Avaliação da capacidade de carga e percepção dos turistas em relação à qualidade ambiental e gestão de praias no município de Inhambane: O caso da praia do Tofo.

Monografia avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Gestão de Mercados Turísticos pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane-ESHTL.

Inhambane,

Categoria, Grau e Nome completo do Presidente

Rubrica

Categoria, Grau e Nome completo do Supervisor

Rubrica

Categoria, Grau e Nome completo do Arguente

Rubrica

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela saúde, a minha mãe Maria Machalela por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados durante a formação, pelo apoio financeiro.

Direciono um agradecimento especial ao Prof. Doutor Daniel Augusta Zacarias, pela partilha de conhecimento, acompanhamento e orientação prestada durante a produção desta monografia. Agradeço igualmente ao corpo docente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane pela excelência e ensino de qualidade transmitido ao longo da formação. A todos os meus colegas de curso pelo trabalho em equipa, companheirismo e apoio incondicional.

Por último, e não menos importante, agradeço a minha família e aos amigos que sempre me apoiaram e ajudaram. Em especial, aos meus amigos, Iris Chauque, Elioterio Macuvel, Rosa Condjo, Braz Lijembe pela força e motivação prestada durante a jornada académica.

Os meus sinceros agradecimentos vão para todos os que me apoiaram na realização deste trabalho. ***Khanimambo!!***

RESUMO

O turismo é uma das actividades que mais gera impactos (geração de emprego, renda, melhoria da qualidade de vida; degradação dos recursos naturais, alteração das características culturais dos residentes, poluição ambiental) nos locais de destino, sendo assim percebe-se que tais impactos podem ser traduzidos em benefícios ou não. A praia do Tofo é um destino reconhecido a nível de Moçambique, famoso por oferecer o turismo de sol e praia, predominante na época alta. Deste modo este local apresenta-se adequado para estudar os impactos gerados pela actividade turística, de forma que possam ser gerados planos e estratégias de gestão das áreas costeiras. O objectivo deste trabalho é de identificar a partir das opiniões dos turistas, o número óptimo de visitantes que pode se fazer a praia sem que as condições ambientais sejam alteradas, indicar o grau de satisfação dos mesmos em relação as características da praia. Os resultados indicaram que os visitantes estavam satisfeitos em relação a visita a praia e relativamente ao grau de aceitação o número óptimo foi de 501 pessoas, diariamente. Os inquiridos classificaram todos os atributos da praia como importante, embora alguns não tenham respondido a sua expectativa em termos de satisfação. Alguns dos respondentes deixaram comentário livre alegando que tende a verificar-se um aumento de visitantes na época de pico. Os resultados permitiram a identificação de aspectos a serem melhorados pela administração da praia (colocação de balneários/chuveiros, melhoria de local de estacionamento para veículos), pelo que é necessário que sejam levados em consideração de modo que se melhore a imagem e qualidade do destino possibilitando a captação de mais visitantes.

Palavras-chave: capacidade de carga, turista, gestão de praias, qualidade ambiental.

Índice

<i>Folha de Rosto</i>	<i>i</i>
<i>Declaração</i>	<i>ii</i>
<i>Folha de avaliação</i>	<i>iii</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>iv</i>
<i>Lista de Siglas</i>	<i>viii</i>
<i>Lista de Figuras</i>	<i>ix</i>
<i>Lista de Tabela</i>	<i>ix</i>
<i>Lista de quadro</i>	<i>ix</i>
1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1.Enquadramento	1
1.2.Problematização	3
1.3.Justificativa	5
1.4.Objectivos	6
1.4.1.Geral	6
1.4.2.Específicos	6
1.5 Metodologia	6
1.5.1 Descrição da área de estudo	7
1.5.2.Preparação do trabalho de campo.....	9
1.5.3.Procedimentos de recolha de dados	10
1.5.4.Análise de dados e interpretação dos resultados	10
2.REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1.Turismo em áreas costeiras	12
2.2.Impactos do turismo costeiro	17
2.3.Abordagens utilizadas para gestão de praias	19
2.3.1.Escala de 5 pontos de Likert	19
2.3.2. Matriz de importância-satisfação	20
2.3.3. Diagnóstico ambiental.....	21
2.3.4.Método de avaliação da percepção de congestionamento humano (capacidade de carga social)	22
2.3.5.Teoria do comportamento planeado.....	22

2.3.6. Modelo de listagem de impactos ou atributos	22
2.4. Importância da avaliação da percepção dos utilizadores	23
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	25
3.1. Perfil dos respondentes	25
3.2. Avaliação da acessibilidade, segurança e infraestruturas de apoio na praia	26
3.3 Percepção dos usuários em relação à qualidade da praia	27
3.4. Percepção em relação à sobrecarga turística	31
3.5. Estratégias para gestão da praia	33
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICES	47
Apêndice A:	48
ANEXOS	51
Anexo-I: Cenários para medição do grau de ocupação na praia	52

Lista de Siglas

AIA	<i>Avaliação do Impacto Ambiental</i>
CSIL	<i>Centre for Industrial Studies</i>
OMT	<i>Organização mundial do turismo</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
ZC	<i>Zona Costeira</i>

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de ilustração da área de estudo.....	8
Figura 2: Imagem ilustrativa dos 17 Objectivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.	16
Figura 3: Exemplo da escala de Likert.	20
Figura 4: Matriz de importância-satisfação.	21
Figura 5: Percepção dos utilizadores em relação a: a) acessibilidade à praia, b) existência de equipas de salva-vidas, c) existência de sombras na praia, d) existência de balneários, e) existência de serviços de acomodação, bar, restauração e outros, f) circulação de animais domésticos na praia, g) depósitos de lixo ao longo da praia, e h) existência de transporte e telefones públicos ao redor da praia.	26
Figura 6: Avaliação da importância dos atributos da praia.	28
Figura 7: Avaliação da satisfação dos atributos de praia.....	29
Figura 8: Matriz de importância-satisfação em relação às características da praia.....	31
Figura 9: Percepção dos inquiridos em relação à densidade de pessoas aceitável na praia do Tofo.	32
Figura 10: Percepção dos inquiridos sobre a densidade de pessoas que não pode ocorrer na praia do Tofo.	33
Figura 11: Percepção dos inquiridos em relação a algumas medidas de gestão de praia.....	34

Lista de Tabela

Tabela 1: Perfil dos respondentes.....	25
--	----

Lista de quadro

Quadro 1: Alguns indicadores utilizados para medir impactos ambientais.....	23
---	----

1.INTRODUÇÃO

1.1.Enquadramento

O turismo é considerado um fenómeno social decorrente do desenvolvimento e dinamismo da sociedade moderna (NODARI, 2007, p.13). Actualmente, o sector do turismo tem vindo a generalizar-se a quase todos os países, a actividade turística é muito dinâmica e cresce mais rápido do que as demais actividades económicas (GARCEZ, CORREIA e FRANCO, 2021, p.1). Ainda afirmam os autores, o turismo representa um agente indutor de desenvolvimento, principalmente em países economicamente menos desenvolvidos, pelo facto de ser o único sector que consegue incitar boa parte dos demais sectores ao mesmo tempo (transporte, marketing, alimentação, hotelaria, comércio) garantindo lucro e empregos. Entretanto, com o crescente interesse dos visitantes, é possível aproveitar-se atractivos/recursos existentes nos destinos turísticos, beneficiando a economia local.

Mas simples necessidade de fuga dos centros urbanizados criou a tendência pela valorização dos ambientes naturais como atractivos turísticos que, em contrapartida, passou a constituir-se como uma ameaça a esses meios, principalmente nas zonas costeiras, mais procuradas pelos turistas. (FERNANDES, 2005, p.2). Conforme reitera Sousa (2011), o turismo costeiro é um dos principais responsáveis pela base da economia de vários países. Neste sentido, a exploração excessiva e inadequada de áreas sensíveis (praias), tem provocado impactos negativos (exemplo: deterioração da qualidade ambiental, as características socioculturais das comunidades receptoras e enfraquecimento económico das comunidades). O congestionamento de pessoas nos mesmos destinos turísticos, provoca o impacto ambiental, que antes se limitava aos grandes centros e agora atinge áreas até então quase intocadas pelo homem, sua indústria e sua tecnologia (BENI, 2000 citado por FERNANDES, 2005).

Segundo Fernandes (2005, p.2), a falta de conhecimento sobre como planear a actividade, bem como a falta de estudos neste sentido, podem originar consequências aos meios naturais, pelo que é necessário o monitoramento e controle do acesso de pessoas nessas áreas. Ainda segundo a autora, o planeamento turístico sustentável surge como a única alternativa viável para minimizar os efeitos negativos do turismo nas áreas naturais.

Embora a actividade turística seja grande geradora de impactos negativos, nos últimos tempos o turismo sustentável vem ganhando espaço no campo científico. E desde já vários estudos têm sido feitos na perspectiva de minimizar os impactos da actividade turística, autores como (Azevedo, Frei e Marques, 2013; Zacarias, 2015; Oliveira, 2020; Neves e Eusébio, 2021 e Marquez e Falcão, 2021; Soares, Júnior e Chagas, 2018; Pinheiro, 2019). Entretanto, as zonas costeiras são ambientes com características únicas (espaços rurais, beleza natural, paisagens, recifes de coral, interface entre água e terra) que muitas vezes atraem massas de turistas que buscam apreciar a paisagem, praticar o turismo de sol e praia entre outras actividades. A realização de tais actividades implica que impactos sejam minimizados pois o turismo exerce forte dependência sobre esses locais.

Conforme Azevedo, Frei e Marques (2013, p.3), a manutenção dos fluxos de visitação, quer para o lazer ou turismo, requer que os riscos e impactos da actividade turística sejam mínimos diante de uma actividade/sector económico que se configura como uma actividade fulcral para o desenvolvimento local, ao estabelecer várias ligações com a economia. Neste prisma, para que a actividade turística possa ser desenvolvida de modo sustentável, torna-se necessário a criação de políticas de planeamento, gestão ambiental e responsabilidade social (PINHEIRO, 2019, p.1). Isto pode ser alcançado através da aplicação de técnicas mais precisas e específicas que contribuam para a sustentabilidade da actividade, assim como no desenvolvimento de acções de educação que promovam a sensibilização ecológica colectiva sobre os impactos promovidos pela mesma (SILVA, 2014; PIRES *et al.*, 2008 *apud* PINHEIRO, 2019, p.1).

É neste contexto que se desenvolveu esta pesquisa com objectivo avaliar a capacidade de carga e a percepção dos visitantes em relação às características da praia do Tofo (água limpa do oceano, salva-vidas, latas de lixo, estacionamento para veículos, taxa de visitação, placas de informação, chuveiros, banheiros, bancos de parque, mesas de piquenique, oportunidade de escapar de multidões, vida marinha de grande e pequeno porte), respondendo a pergunta *Qual é o número óptimo de turistas que pode visitar, diariamente, a praia do Tofo*. O trabalho foi estruturado em sete (VII) partes, designadamente: 1.Introdução, que integra problematização, justificativa, objectivos da pesquisa e metodologia; 2. Revisão da Literatura; 3. Apresentação dos Resultados; 4. Discussão dos Resultados; 5. Conclusão e Recomendações; 6. Referências Bibliográficas e 7. Apêndices e Anexos.

1.2.Problematização

De acordo com Coelho e Lourenço (2015, p. 17), “o turismo tem assumido um papel central no desenvolvimento de vários países”. Países, estados e municípios têm recorrido ao turismo como estratégia de desenvolvimento, tomando como pressuposto que o turismo possui potencial para diminuir desigualdades económicas e sociais através da geração de emprego e renda (SCÓTOLO e NETTO, 2015). Percebe-se, deste modo, que o turismo pode ser usado como forma de estimular o desenvolvimento nas pequenas localidades do interior do país, as quais possuam características a serem exploradas (FRATA, 2007).

Entretanto, esta actividade turística tem gerado diversos problemas, como é o caso da deterioração da qualidade ambiental, as características socioculturais das comunidades receptoras e enfraquecimento económico das comunidades (SOUSA, 2011). Esta realidade é mais evidente em espaços turísticos sensíveis, como as praias. Segundo Sousa (2011), no contexto de turismo costeiro o cenário anteriormente descrito, é resultado do uso intenso e, muitas vezes, indevido do espaço, associado à falta de serviços e infraestrutura de qualidade e de planos de ordenamento e gestão de costas. Em resultado destas irregularidades é normal assistir-se à superlotação de espaço sensíveis, sem qualquer observância das condições ambientais locais, excedendo assim a capacidade de carga. Este fenómeno vem sendo uma preocupação cada vez maior nos estudos ambientais e sociais em diferentes escalas de avaliação (GRAEFFE, VASKE e KUSS, 1984; SILVA, 2002; JURADO, DANTAS e SILVA, 2009 citados por SOUSA, 2011).

A gestão de territórios turísticos precisa ter constantemente atenção as acções irregulares, aliando-se ao instrumento de planeamento para a monitorização, avaliação e correção dos problemas existentes nos destinos turísticos. Segundo Carvalho (2009) citado por Marujo e Carvalho (2010, p.151), “o planeamento do turismo é uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável e por isso ocupa um lugar decisivo no processo de concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento”. Veiga (2002), citado por Frata (2007), salienta que os territórios que conseguem evitar a degradação de seu património natural e cultural pelas forças destrutivas e poluentes do processo produtivo, podem utilizar essas vantagens ao seu favor, com vista a manter uma boa imagem do destino e atrair turistas.

Embora existam inúmeros estudos e metodologias para avaliação da capacidade de carga, existem poucas evidências de aplicação dos resultados em espaços turísticos reais, o que leva alguns académicos a considerar este método utópico e surreal (SILVA, 2002; LINDBERG e MCCOOL, 1998). Entretanto, considerando que as praias são recursos turísticos altamente valiosos, é fundamental a determinação de sua capacidade de carga como estratégia essencial para o seu uso pleno e gestão sensata (SILVA, 2002). Por outro lado, com o surgimento de uma série de problemas no desenvolvimento sustentável do turismo, como poluição ambiental, destruição da paisagem, desequilíbrio ecológico e diminuição da satisfação de turistas e moradores, é muito urgente pesquisar a capacidade de carga turística.

O município de Inhambane é considerado um dos principais destinos turísticos em Moçambique, famoso devido ao seu património histórico-cultural e excelentes praias, oferecendo parte das condições para prática do turismo. Sendo um destino famoso, atrai inúmeros turistas, principalmente na época alta – meses de verão e semana da páscoa – que afluem maioritariamente para as praias do Tofo e da Barra. Neste contexto, estas praias enfrentam diversos problemas como a degradação dos ecossistemas, superlotação e desgaste económico das comunidades.

Embora algumas experiências existam para avaliação da capacidade de carga e impactos ambientais nestas duas praias (Zacarias, 2013; Zacarias, 2015; Azevedo, Frei e Marques, 2013), e considerando o carácter dinâmico deste conceito (capacidade de carga), faz-se necessário (re)avaliar o número óptimo de pessoas que podem visitar a Praia do Tofo, como estratégia para (re)forçar a implementação de medidas de gestão mais eficientes. Deste modo, torna-se importante responder às seguintes perguntas: (i) Qual é o perfil do turista que visita a praia do Tofo? (ii) Qual é o número óptimo de turistas que pode visitar, diariamente, a praia do Tofo? (iii) qual é a percepção dos utilizadores em relação ao cenário óptimo de ocupação da praia do Tofo? (iv) Que acções estratégicas são priorizadas pelos utilizadores para garantir a sustentabilidade do turismo na praia do Tofo?

1.3. Justificativa

As praias têm-se destacado como um dos ambientes naturais mais procurados pelos turistas em todo o mundo, confirmando a preferência recreacional de turismo e de lazer pelo modelo *sol, areia e mar* (SOUSA, 2011, p.12).

No entanto, importa salientar que por causa das características específicas da actividade turística, a sua realização tem implicado algumas modificações ao ambiente costeiro (construção de lodges, restaurantes e bares). Outro ponto que tem sido frequente é a alta concentração de turistas, devido ao turismo de massa em épocas de pico, resultando em degradação da paisagem e espaço colocando o destino turístico em risco (IGNARRA, 1999; PIATTO e POLETTE, 2012 citados por BELINO, BELTRÃO e MARENZI, 2018).

Conforme sustenta Butler (1980) citado por Rangel e Chaves (2012) todos os destinos turísticos possuem um ciclo de vida que compreende as fases: exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio, e talvez, rejuvenescimento. Ainda afirmam os autores “todas as destinações turísticas correm risco de caminhar em direção ao declínio” (RANGEL e CHAVES, 2012, p.102), este facto pode ocorrer devido a massificação do turismo.

Segundo Rangel e Chaves (2012), destinos turísticos que constantemente atraem turistas devem ser os que com frequência renovam a sua infraestrutura turística e seus atrativos. Principalmente olhando para a fase em que o destino turístico se encontra, a avaliação da capacidade de carga pode-se refletir num suporte ao planeamento turístico, de forma que as estruturas dos destinos promovam o desenvolvimento económico de cunho sustentável.

Para além disso, a avaliação da capacidade de carga acarreta grandes desafios, quer ao nível das estruturas dos destinos turísticos, quer ao nível das empresas turísticas. Isto porque é necessário avaliar de forma periódica a qualidade das praias de forma que se possa obter uma lotação ideal de visitantes no destino e levar acabo acções de redução de impactos ao ambiente costeiro.

No contexto de Moçambique verifica-se escassez de estudos que versam sobre a avaliação da capacidade de carga das praias (Zacarias, 2013; Zacarias, 2015), pelo que se torna relevante que sejam desenvolvidos estudos adicionais para uma gestão eficaz dos destinos turísticos, especialmente, o município de Inhambane com potencial para o desenvolvimento do turismo. A

pesquisa vai contribuir para que países (Moçambique) possam aproveitar o potencial turístico das praias, servindo de apoio para desenho de estratégias que melhoram a qualidade das praias, e apoiem a captação de turistas. Aliado a isto, a influência de uma boa gestão e uso sustentável da área costeira favorece o bem-estar humano.

Considerando o quesito satisfação dos usuários turísticos, poderá apoiar futuros projectos de colocação de balneários e sombras artificiais nas praias, passarela para cadeirantes entre outros, tendo em conta as facilidades para actividades de recreação nas épocas quentes. Para área científica, a pesquisa servirá de apoio para futuras pesquisas que desejam escrever trabalhos científicos que tecem sobre a capacidade de carga.

1.4.Objectivos

1.4.1.Geral

- Avaliar a capacidade de carga e a percepção dos visitantes em relação às características da Praia do Tofo, no município de Inhambane.

1.4.2.Específicos

1. Determinar o número óptimo de turistas que pode visitar, diariamente, a praia do Tofo sem alterar a experiência dos utilizadores;
2. Indicar o grau de satisfação dos turistas em relação a qualidade ambiental e características da praia do Tofo;
3. Diagnosticar a percepção dos residentes em relação ao cenário óptimo de ocupação na praia do Tofo.

1.5 Metodologia

Neste capítulo são apresentados os métodos ou procedimentos científicos adoptados para realização da pesquisa, com vista ao alcance dos objectivos sugeridos. Entretanto esta pesquisa tinha como objectivo de perceber a opinião dos turistas da praia do Tofo em relação as condições do ambiente para pratica das actividades turísticas. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, para se atingir os objectivos pretendidos, o estudo classifica-se nas seguintes perspectivas: quanto a abordagem do problema: a pesquisa classifica-se como quantitativa, uma vez que objectiva traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, análise de regressão entre outros) (PRODANOV e FREITAS, 2013)

1.5.1 Descrição da área de estudo

A praia do Tofo situa-se no município de Inhambane, capital da província, no bairro Josina Machel, e dista cerca de 490 km da cidade capital de Moçambique (Maputo) (Nhantumbo, 2007). De acordo com Nhantumbo (2007, p.16), o município

Está localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23° 45' 50'' (Cabo de Inhambane) e 23° 58' 15'' (Rio Guiúá) sul, e longitude 35° 22' 12'' (Ponta Mondela) e 35° 33' 20'' (Cabo Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas, que circunscreve uma área de 192 Km².

A praia do Tofo, esta localizada cerca de 30 km da cidade de Inhambane, sendo um dos principais destinos de mergulho em Moçambique (TIBIRIÇÁ *et al.*, 2009, p.2). Segundo Zacarias (2013, p.207), constitui um segmento costeiro enquadrado na faixa costeira a oeste da cidade de Inhambane. Tem características rurais, natural e dominada por ondas com amplitude média de mare inferior a 3 metros (HONGUANE, 2007). Segundo Zacarias (2013, p.207), Tofo caracteriza-se por ser uma praia oceânica maioritariamente arenosa e com dunas, apresentando algumas rochas, vegetação pioneira (rasteira), vegetação antropogénica e arbórea e habitações de material convencional e de alvenaria. Igualmente, Zacarias (2013, p.209), refere ainda que o destino,

Ocupa, em maré baixa, uma área aproximada de 94496m², tendo fluxos turísticos concentrados na época quente (Setembro à Fevereiro) e na semana de Páscoa, embora seja possível encontrar turistas ao longo de todo o ano em resultado das temperaturas amenas do canal de Moçambique (temperaturas médias da água iguais ou superiores a 25°C).

No que concerne ao padrão de ocupação, Zacarias (2013, p.209) afirma que os espaços localizados na retaguarda e no núcleo central da praia são os mais ocupados, facto que pode ser motivado pela existência de árvores de sombra que protegem os veraneantes do sol e pela prática de algumas actividades típicas destes ambientes como banhos de sol, passeio na areia e desportos de areia.

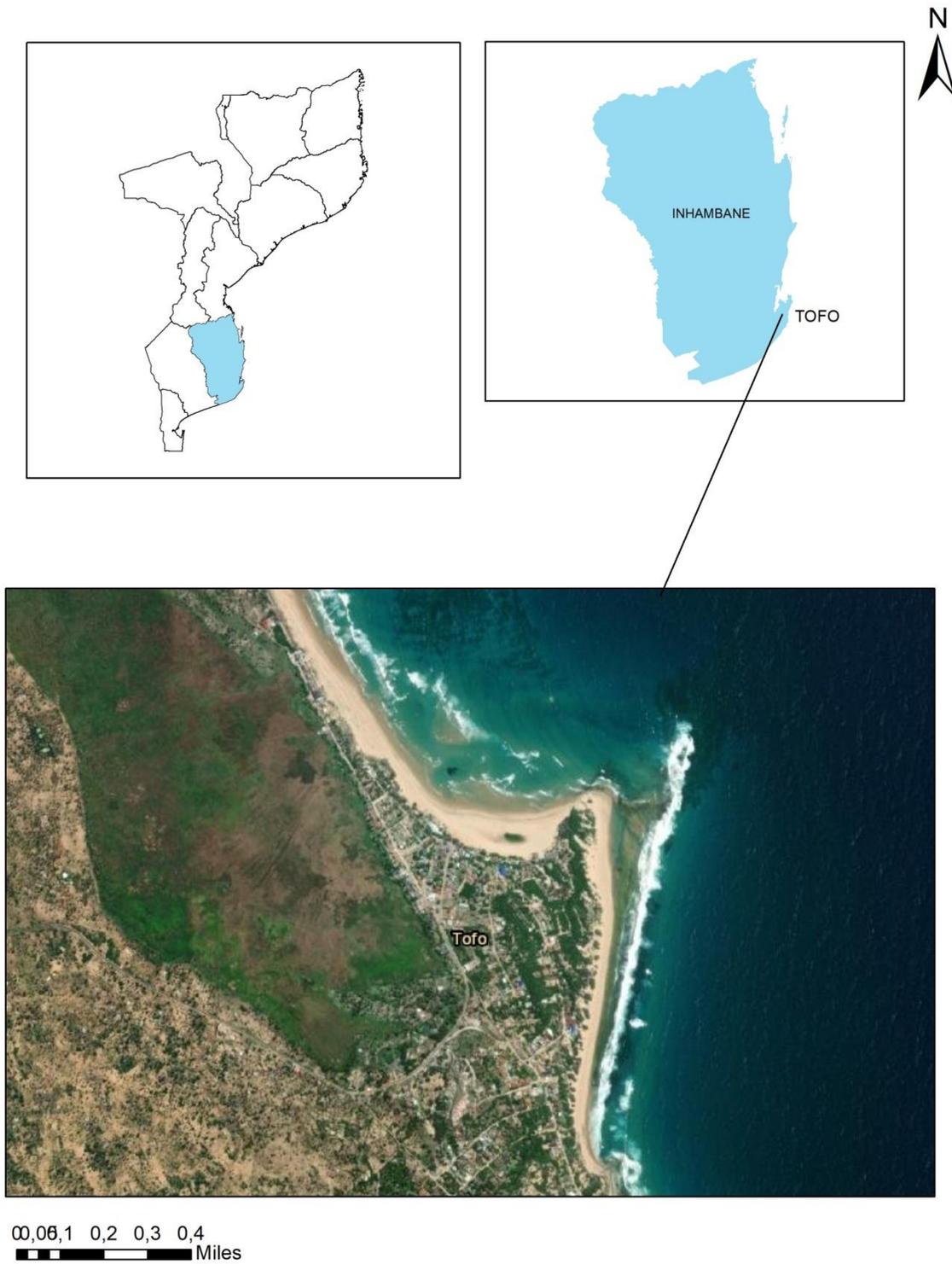


Figura 1: Mapa de ilustração da área de estudo.

Fonte: Elaboração própria

1.5.2.Preparação do trabalho de campo

Quanto aos objectivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013 p.52). Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Esta fase foi fundamentalmente caracterizada pela pesquisa bibliográfica, documental e desenho de instrumentos para recolha de dados.

1.5.2.1.Pesquisa bibliográfica

A consulta bibliográfica e documental teve como foco, essencialmente, a busca de informações publicadas sobre a capacidade de carga turística em Moçambique e no Tofo com a finalidade de explicar o problema. O levantamento foi realizado em, livros, revistas, e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, relatórios, documentos, internet, que versam sobre o tema em estudo (Avaliação da capacidade de carga e percepção dos turistas em relação à qualidade ambiental e gestão de praias no município de Inhambane: o caso da praia do Tofo). As pesquisas citadas permitiram produzir a revisão da literatura e o modelo de questionário para o levantamento de campo.

1.5.2.2.Desenho do instrumento de colecta de dados

A colecta de dados foi realizada através de um questionário adaptado de Needham *et al.*, (2008). Neste contexto, foi elaborado um inquérito (Apêndice A) contendo 62 perguntas fechadas, estruturado em quatro partes: (i) perfil do entrevistado, (ii) percepção sobre a acessibilidade, segurança e infraestruturas de apoio na praia, (iii) percepção dos usuários em relação à qualidade da praia, e (iv) avaliação da capacidade de carga turística. A primeira parte (10 questões) era composta por perguntas que procuravam colectar dados relacionados com o sexo dos respondentes (masculino e feminino), proveniência, frequência e experiência de visita à praia do Tofo. Para além destas questões, foram incluídas questões relacionadas com a capacidade de carga e satisfação dos visitantes, bem como questões relacionadas com a percepção e recomendações para a gestão da praia. A segunda parte (8 questões) buscava colher a opinião dos visitantes em relação à acessibilidade, segurança e infraestruturas de apoio na praia e a terceira parte (3 questões) procurava buscar o grau de importância e satisfação dos visitantes em relação a

diversas características da praia como sejam a disponibilidade de estacionamento, banheiros públicos, dentre outros. A última parte (3 perguntas) era composta por questões relacionadas a potenciais cenários de ocupação da praia a do Tofo e a resposta dos visitantes em relação a cada um e à realidade vivenciada no momento da visita.

1.5.3.Procedimentos de recolha de dados

Os dados foram colectados entre os meses de Setembro e Novembro de 2022. O público-alvo deste estudo foram os indivíduos que visitaram a praia do Tofo, tendo sido selecionado um total de 100 visitantes, escolhidos aleatoriamente. Participaram da pesquisa, os indivíduos que estavam prontamente disponíveis para fornecer informações a quando da realização da pesquisa de campo. Conforme Barbetta (2002), na amostra probabilística de base aleatória simples, cada subconjunto da população tem a mesma oportunidade de ser incluído no estudo.

Neste sentido, os visitantes eram aproximados durante a sua visita à praia, informados sobre o estudo e convidados a participar. Em caso de consentimento, foram seguidas duas opções: (i) no caso em que o respondente aceitasse auto-preencher o questionário, recebia uma cópia e procedia ao seu preenchimento, e (ii) no caso contrário, o entrevistado recebia uma cópia para seguimento da sequência das perguntas e o investigador ia anotando as respostas no questionário. Na primeira situação, o investigador verificava o preenchimento final do questionário e em caso de lacunas/não preenchimento em algumas perguntas, havia necessidade de reforço das perguntas em falta.

1.5.4.Análise de dados e interpretação dos resultados

Após a colecta de dados obtidos através do levantamento de campo foi feita a limpeza dos questionários, que consistiu na codificação no sistema numérico e lançamento no Excel de modo a facilitar a análise quantitativa. Os dados foram posteriormente analisados com recurso ao SPSS, versão 25. Assim, foi primeiramente efectuada a análise descritiva simples dos dados, com recurso a tabelas de frequência e percentagens e medidas de dispersão (desvio padrão) e de seguida usadas para elaboração de gráficos no Excel.

Posteriormente, a média de resposta para cada item da avaliação da importância e satisfação dos visitantes em relação às características e infraestruturas da praia foi integrada na matriz de importância-satisfação (Figura 8). Deste modo, e considerando a necessidade de ajustar o

modelo, os dados anteriormente obtidos por meio de uma escala de *Likert* de 5 pontos (importância: 1 = não importante, 2 = pouco importante, 3 = indiferente, 4 = importante, 5 = muito importante; satisfação: 1 = muito insatisfeito, 2 = insatisfeito, 3 = indiferente, 4 = satisfeito, 5 = muito satisfeito) foram convertidos para uma escala variando de -2 a 2, sendo 0 o ponto de interseção das variáveis.

Posteriormente, para a avaliação da capacidade de carga dos visitantes, a avaliação dos cenários teve o mesmo procedimento com a resposta aos itens anteriores. Deste modo, a capacidade de carga dos visitantes foi avaliada em função da relação entre o grau de permissão e o grau de aceitação dos diferentes cenários e a percepção do número de turistas observado pelos visitantes. Por fim os inquiridos foram solicitados a indicar algumas estratégias de apoio a gestão da praia, tendo estas sido classificadas em função de uma escala de *Likert* de 3 pontos (Inaceitável, Indiferente e Aceitável).

2.REVISÃO DA LITERATURA

2.1.Turismo em áreas costeiras

O turismo é visto como um factor de desenvolvimento económico e como contributo para a consolidação do processo de integração económica dos países (ALBUQUERQUE e MARTINS, 2007, p. 2). Conforme Beni (2020, p.2),

O crescimento do turismo é que gera externalidades positivas e negativas na sociedade, na economia e no meio ambiente, que podem fortalecer ou enfraquecer o crescimento no sentido de realimentação sistêmica, apresenta uma importante questão: que nível de crescimento pode ser considerado ideal e sustentável em função da região considerada.

Ao longo do tempo, o processo de desenvolvimento turístico foi se consolidando em muitos territórios, sustentado no pensamento antropocêntrico e economicista da natureza como fonte inesgotável de recursos (LE *et al.*, 2006 *apud* SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.198). A incorporação do turismo ao ambiente rural determina a exigência de evitar impactos ambientais, especialmente em destinos potenciais e emergentes, porque as mudanças nos destinos já consolidados são observadas (TORREROS, 2010 citado por MARQUEZ e FALCÃO, 2021, p.294).

Embora o turismo seja uma ciência social surgida na antiguidade, foi somente na década de 90 que se começou a dar ênfase aos debates sobre o turismo sustentável e sua aplicação no campo científico (MARQUEZ e FALCÃO, 2021). No entanto, nota-se a tentativa de vários estudos em tentar associar o turismo a uma perspectiva cada vez mais sustentável (Albuquerque e Martins, 2007; Marquez e Falcão, 2021). Por exemplo Mendes, Neto e Mendes (2019, p.150) definiram turismo sustentável, como sendo “um turismo que possui uma viabilidade econômica e que não destrói os recursos naturais, sendo desenvolvido de forma planeada, sistemática e equilibrada”. Segundo Peral *et al* (2009) citado por Marquez e Falcão (2021, p.294), a consideração do desenvolvimento sustentável é uma necessidade urgente no planeamento e gestão do turismo, porque se trata de desenvolver uma actividade com uma inter-relação mais próxima com a natureza e com maior preocupação pela conservação desses recursos. A importância do turismo sustentável foi declarada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), quando, em 2003, definiu os seus princípios, como sendo (OMT, 2003 *apud* Albuquerque e Martins, 2007, p.2):

- Os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade actual;
- O desenvolvimento turístico é planeado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística;
- A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário;
- Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem o seu valor de mercado e a sua popularidade;
- Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade.

É importante realçar, entretanto, que na visão de Ascher (1984) citado por Zacarias (2015, p.181),

O turismo e desenvolvimento sustentável apresentam uma relação controversa na medida em que vários autores colocam o turismo como uma actividade económica que gera efeitos negativos, consistindo apenas em mais uma forma de as nações desenvolvidas e ricas melhorarem ainda mais o seu desempenho às custas dos menos afortunados.

Em uma outra visão Albuquerque e Martins (2007) afirmam que os princípios anteriormente descritos evidenciam o encadeamento existente entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o turismo, uma vez que actividade turística vive dos recursos turísticos disponíveis logo maior deve ser a preocupação em conserva-los. Além do mais, ser um destino responsável e sustentável é um dos objetivos da Agenda 2030 (ESPINOSA *et al.*, 2017 *apud* MARQUEZ E FALCÃO, 2021).

A visão anterior tem enquadramento nas tentativas de tentar tornar o turismo mais sustentável (ou seja, olhar para uma relação estreita entre o turismo e desenvolvimento sustentável, no sentido de evitar que impactos sejam gerados aos locais de destino conforme abordado por alguns estudiosos). Por outro lado, Fratucci (2000) citado por Zacarias (2015, p.181) explica que a crítica da relação entre turismo e desenvolvimento sustentável deve-se ao facto de “o deslocamento de pessoas para lazer, ser um fenómeno típico da sociedade capitalista atual, resultar em práticas sócio espaciais que geram territórios e territorialidades que turistificam lugares”. Com esta movimentação, estabelecem-se novas dinâmicas entre espaços e comunidades

diferentes, cujos resultados podem migrar para convivência pacífica ou convivência conflituosa (ZACARIAS, 2015, p. 181).

Nesse contexto, Soares, Júnior e Chagas (2018, p.198) comentam, mesmo que se tenha observado indicadores econômicos positivos, impactos negativos foram gerados no meio ambiente natural, sobretudo em áreas onde os principais atractivos se encontrem nas zonas costeiras. Entre os impactos negativos provocados pelo turismo em regiões costeiras, destaca-se a instalação da infraestrutura, assim como a falta dela, no caso da geração, recolhimento e disposição adequada de resíduos sólidos e de esgotos (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008 *apud* SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.198). Segundo Soares, Júnior e Chagas (2018, p.199), impactos ambientais em destinos costeiros são ressaltados em estudos (Consultar autores mencionados no artigo). Esses trabalhos, além de identificar as causas do impacto negativo (aumento de resíduos sólidos, indústria petrolífera, expansão do turismo e crescimento imobiliário), colocam também em discussão a efetividade de algumas alternativas consideradas “sustentáveis”, geralmente implantadas nessas áreas com o intuito de sanar problemas ambientais, afectando a vida da população receptora (SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.199).

O relatório da CSIL e Servizi (2008) indicou que o turismo costeiro é de longe o mais significativo em termos de fluxos de turistas e geração de rendimento. Entre os destinos turísticos, as zonas costeiras são as preferidas pelos turistas, e a região mediterrânica é o principal destino turístico do mundo: segundo a Organização Mundial do Turismo, representa um terço do rendimento mundial gerado pelas receitas do turismo¹. De acordo com o relatório anteriormente citado (CSIL e Servizi, 2008, p.3), a maioria das economias dos estados com extensões significativas de litoral depende fortemente do rendimento gerado por actividades relacionadas com o mar, tais como o turismo, a pesca, os transportes. Contudo, a utilização do mar para fins tão diversos está na origem de pressões crescentes (CSIL e Servizi, 2008), nomeadamente:

- A competição por espaço, que conduz a conflitos entre várias actividades (pesca, serviços, agricultura);

¹ Relatório da Centre for Industrial Studies (CSIL) e Touring Servizi. O Impacto do Turismo nas Zonas Costeiras: Aspectos relacionados com o Regional. 2008. disponível em: www.europarl.europa.eu/activities/expert/eStudies.do?language=EN.

- A degradação dos ecossistemas naturais que apoiam as zonas costeiras, especialmente devido ao impacto das alterações climáticas;
- Grandes variações sazonais da população e do emprego.

Para Albuquerque (2004) citado por Zacarias (2015, p.180), o papel das zonas costeiras é muito diversificado, sendo áreas que pela sua riqueza natural, tanto a nível de fauna como de flora, pelas suas potencialidades a nível recreativo e de lazer e pela sua grande acessibilidade são escolhidas por uma grande parte da população para viver ou apenas para visitar. Ainda de acordo com o autor as zonas costeiras tornam-se preferenciais para a criação de postos de trabalho (Zacarias, 2015), crescimento económico e melhoria da qualidade de vida das suas populações. Conforme reitera Costa *et al.* (2007, p.37), muitas comunidades que habitam a zona costeira possuem suas economias baseadas no ambiente marinho. A ZC acomoda, assim, “vários tipos de sectores económicos e serviços baseados nas reservas naturais, que cada vez mais reclamam por áreas. Resultando em conflitos de uso do solo, degradação da paisagem, exaustão de recursos pesqueiros, perda de valores dos ecossistemas e rupturas de vínculos tradicionais com a natureza” (COSTA *et al.*, 2007, p. 37). Como foi referido anteriormente, as características são de extrema importância e se convertem nos principais desafios para gestão do turismo costeiro uma vez que a elevada atractividade destas áreas constitui também um factor de atracção de viajantes de todo o mundo (ZACARIAS, 2015, p.180).

Nesse contexto, fica claro que a necessidade de gestão de áreas sensíveis é premente pois estas são responsáveis pela maior cota do turismo. Conforme sustentam Soares, Júnior e Chagas (2018, p.199),

Algumas acções têm sido propostas para minimizar os impactos ambientais da actividade, como criação de áreas de protecção ambiental, aprofundamento nos estudos sobre técnicas de prevenção e conservação de áreas naturais, fiscalização de actividades potencialmente poluidoras, criação de zoneamento ecológico-económico, programas de educação e monitoramento ambiental, entre outras.

Tais instrumentos corroboram medidas mais proactivas e induzem resultados mais positivos para organizações, uma vez que a gestão ambiental se trata de um processo de aplicação de inovação para alcançar a sustentabilidade, responsabilidade social e criação de vantagem competitiva por meio de aprendizagem contínua e desenvolvimento, abraçando metas e estratégias ambientais

integradas com os objetivos e estratégias da organização. (SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.199).

Alguns dos estudos (Sanhudo, 2022; Grechinski e Goveia, 2021) apontaram os objectivos do desenvolvimento sustentável como indicadores para influenciar a conservação do ambiente costeiro, conforme Sanhudo (2022) analisando os 17 objectivos do desenvolvimento sustentável com vista a preservação da ZC (Figura 2), pode-se destacar o objectivo numero 14: “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, por estar mais relacionado a gestão do ambiente costeiro.



Figura 2: Imagem ilustrativa dos 17 Objectivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Fonte: Nações Unidas Brasil, (2017a *apud* Sanhudo, 2022)

Entretanto, Sanhudo (2022) afirma que alguns dos autores não concorda com a aplicação do objectivo 14, por acreditar que este possui um direcionamento para pequenos estados em desenvolvimento e a países economicamente menos desenvolvidos (exemplo: Sousa, 2020). O turismo costeiro para atingir ao objetivo de turismo sustentável, depende fortemente de um planeamento adequado, pois se actividade turística crescer de forma desordenada enquanto actividade econômica pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, assim como, a

descaracterização cultural e um desequilíbrio económico-social. (MEDEIROS e MORAES, 2013 citados por SANHUDO, 2022). O que coloca a actividade em situação crítica para este objetivo, uma vez que o desenvolvimento em longo prazo é a essência da sustentabilidade (Sanhudo, 2022), confirmando a ideia de Carvalho (2009) citado por Azevedo, Frei e Marques (2013, p.2), no desenvolvimento da actividade turística, o planeamento e gestão ambiental são condições necessárias para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria actividade.

2.2.Impactos do turismo costeiro

Segundo o CSIL e Servizi (2008, p.3), o aumento dos fluxos turísticos nas zonas costeiras, especialmente sob a forma de turismo de massas, está associado a novas preocupações quanto às suas repercussões potencialmente negativas no desenvolvimento regional de um ponto de vista ambiental, económico e social. Segundo Azevedo, Frei e Marques (2013, p.8), os aglomerados humanos, independentemente de seu tamanho, quando não estão organizados por mecanismos eficientes de gestão territorial, ficam mais vulneráveis as adversidades.

É necessário lembrar que 80% da poluição marinha é oriunda das actividades terrestres, como práticas agrícolas, turismo costeiro, actividades portuárias, pesca, industrialização, crescimento urbano e outras actividades, bem como que os ecossistemas marinhos e costeiros são essenciais para o bem-estar humano e para o desenvolvimento sustentável (NOBRE, 2019 *apud* SANHUDO, 2022, p.32). Os impactos ambientais em zonas costeiras são, de certa forma, naturais, porque estão relacionados à dinâmica dos sistemas naturais, cujas transformações podem ou não ser induzidas pelo homem (SANTOS, 2016, p.121). Estes na maioria das vezes representam riscos sociais por estarem relacionados aos processos sociais decorrentes da ocupação desordenada do espaço, resultando em carências sociais e em baixos níveis de desenvolvimento humano (EGLER, 1996 *apud* SANTOS, 2016, p.121). Afonso (1999) citado por Santos (2016, p.121) classificou os impactos ambientais em zonas costeiras em três categorias:

- i. Impactos por perda de recursos, os quais podem ocorrer devido à contaminação por resíduos sólidos e/ou líquidos das águas superficiais, subterrâneas e do solo, dos manguezais, contaminação do ar, desmatamento, sobre-exploração de recursos pesqueiros e extração mineral.

- ii. Impactos por conflito do uso do solo entre áreas industriais e urbanas, áreas portuárias/industriais e turísticas, áreas urbanas/industriais, áreas de pesca, áreas portuárias e de conservação, e
- iii. Impactos nas áreas costeiras por riscos de acidentes, os quais incluem acidentes em áreas industriais e portuárias, no transporte de produtos perigosos, erosão e deslizamento nas praias e encostas serranas.

Os três aspectos apontados pelo autor apresentam reflexos diretamente nas estruturas sociais, políticas, econômicas e populacionais, com todos esses processos sendo feitos no suporte do ambiente natural (SANTOS, 2016, p.121). Medeiros e Moraes (2013) citados por Sanhudo (2022, p.38) apontaram como impactos negativos sobre o meio natural a poluição sonora, lixo e resíduos sólidos, degradação de ecossistemas frágeis, perda da biodiversidade, compactação dos solos resultante do pisoteamento, perda da cobertura vegetal e do solo, aceleração de processos erosivos, fuga da fauna nativa, entre outros.

Importa salientar que embora muitos dos impactos sejam percebidos na vertente negativa, a actividade turística também pode trazer impactos positivos, como a valorização da cultura, a proteção do património natural e a valorização de edificações históricas (GRECHINSKI e GOVEIA, 2021, p.24). Ainda segundo os autores, diversas pesquisas abordaram essas relações (Grechinski e Goveia, 2021, p.24), trazendo tanto o impacto positivo quanto o impacto negativo do turismo em diferentes situações.

Entretanto, como foi anteriormente descrito que as actividades de turismo são geradoras de impactos (positivos ou negativos), Albuquerque e Martins (2007, p.1) sugerem que, a garantia de sustentabilidade e a atracção pelo novo e pelo diferente, são factores essenciais à capacidade de atracção e competitividade de um determinado território. O sector turístico não foge à regra. Como tal é necessário inverter o modelo massificado que caracteriza o turismo costeiro e inovar nas formas e nos modelos propostos (Albuquerque e Martins, 2007, p.1). Traverso *et al.* (2020) *apud* Sanhudo (2022) reitera que, as novas práticas de turismo preocupam-se com os factores sociais e ambientais, podendo ser agregadora, sobretudo nos locais de destino, facto que pode contribuir para a valorização dos recursos naturais pela comunidade local e visitantes.

2.3. Abordagens utilizadas para gestão de praias

Belfiori (2003), citado por Sousa (2011), reitera que a zona costeira é um dos ecossistemas mais complexos da natureza, e um dos mais produtivos do mundo. Estas áreas se configuram como ambientes sensíveis, e deve-se reforçar a ideia de que merecem ser um dos pontos iniciais do planeamento turístico (DELGADO, 2007). Neste sentido, as praias são definidas como “zonas de material não consolidado que se estendem desde a linha de maré baixa até ao local onde se dá a alteração brusca dos materiais ou das formas fisiográficas ou até à linha de vegetação permanente. Tendo a linha de baixa-mar média como limite em direção ao mar” (ZACARIAS, WILLIAMS e NEWTON, 2011, p.1075).

Embora as praias possuam baixa capacidade para absorver impactos, são poucos os estudos realizados nestas áreas e pode-se perceber uma tendência acentuada para o desvio da preocupação dos pesquisadores para a conservação de outras áreas (FERNANDES, 2005). No contexto das discussões sobre gestão de praias, vários são os métodos aplicados nos diversos estudos para avaliar os impactos da actividade turística, dependendo da visão ou interesse do investigador. Neste sentido, entre os métodos de gestão de áreas costeiras apresentados por vários estudiosos encontram-se os seguintes:

2.3.1. Escala de 5 pontos de Likert

Segundo Cunha (2007, p.24), uma escala tipo *Likert* é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o *discordo totalmente* (nível 1), até ao *concordo totalmente* (nível 5, 7 ou 11). Segundo a escala de Likert mede-se a atitude do sujeito somando, ou calculando a média, do nível selecionado para cada Item. Inicialmente Likert propôs um método de cálculo do resultado final através de uma média ponderada das respostas dadas, atribuindo em cada item um peso a cada nível de concordância expresso pelo sujeito (CUNHA, 2007). Esses pesos são calculados de acordo com a assumpção de que está subjacente à atitude uma distribuição normal e tomando como referência as frequências de resposta aquando da aferição da escala (CUNHA, 2007, p.24).

**EXEMPLO DE ESCALA DE LIKERT:
ESCALA DE ATITUDES FACE AO AMBIENTE (SOCZKA, 1983)**

Em seguida encontra algumas frases relativas a questões ambientais. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância, utilizando a seguinte escala:

<i>Concordo totalmente</i>	5
<i>Concordo</i>	4
<i>Nem concordo nem discordo</i>	3
<i>Discordo</i>	2
<i>Discordo totalmente</i>	1

<p>1 Grande parte do que se diz acerca da crise ecológica que o mundo atravessa é exagerado e alarmista.</p>	<input type="checkbox"/>
<p>2 Os males provocados pela construção de uma central nuclear no nosso país não compensam os seus eventuais benefícios.</p>	<input type="checkbox"/>
<p>3 A comida que se consome nos países industrializados já não oferece segurança para a saúde por estar contaminada por pesticidas e doenças.</p>	<input type="checkbox"/>
<p>4 O mundo acabará no prazo de algumas décadas se não se travar imediatamente o crescimento industrial e tecnológico de todos os países industrializados.</p>	<input type="checkbox"/>
<p>5 Todas as modernas sociedades urbanas e industriais são antinaturais: só pelo regresso à terra e à natureza é que a humanidade poderá sobreviver e evitar o caos ecológico.</p>	<input type="checkbox"/>
<p>6 As pessoas que protestam contra o crescimento económico e industrial em nome da ecologia são idealistas que não sabem o que dizem e não têm o sentido das realidades.</p>	<input type="checkbox"/>

Nota: A cotação da escala é dada pela média das respostas dadas, invertendo os itens 1 e 6. Valores elevados (maiores que 4) indicam atitudes muito ambientalistas e valores baixos (inferiores a 2) indicam atitudes pouco ambientalistas.

Figura 3: Exemplo da escala de Likert

Fonte: Cunha (2007)

2.3.2. Matriz de importância-satisfação

Segundo Pierce, Manfredo e Vaske (2001) citado por Needham *et al.* (2008), é importante não apenas medir a satisfação geral e a satisfação com os componentes do ambiente e da experiência, mas também determinar a importância relativa desses factores e componentes. A análise de importância-desempenho (IP) é uma ferramenta útil para medir as relações entre a satisfação dos usuários com atributos específicos e a importância que eles atribuem a esses atributos (Needham *et al.*, 2008). Essa abordagem revela condições que podem ou não exigir atenção da administração (NEEDHAM *et al.*, 2008, p.10). Uma matriz de desempenho de importância oferece uma compreensão visual das relações entre as duas medidas (Figura 4). A importância é representada no eixo vertical (ou seja, eixo y) com classificações médias (ou seja, médias) de “não importante”

a “muito importante”. O desempenho médio (ou seja, satisfação) é medido no eixo horizontal (ou seja, eixo x) de “muito insatisfeito” a “muito satisfeito” (NEEDHAM *et al.*, 2008, p. 10). Ainda na visão do autor, quando combinados, os eixos se cruzam e produzem uma matriz de quatro quadrantes interpretada como “concentrar aqui” (alta importância, baixa satisfação; Quadrante A), “continuar o bom trabalho” (alta importância e satisfação; Quadrante B), “baixa prioridade” (baixa importância e satisfação; Quadrante C) e “possível exagero” (baixa importância, alta satisfação; Quadrante D). Essa matriz fornece aos gerentes uma imagem facilmente compreensível do status dos serviços, instalações e condições percebidas pelos usuários.

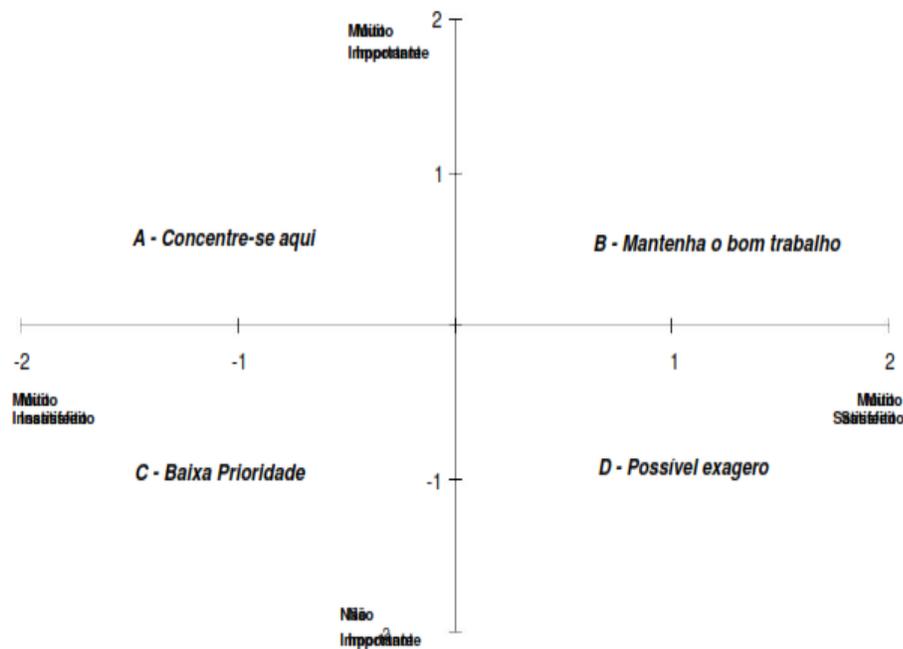


Figure 4: Matriz de importância-satisfação

. Fonte: Needham *et al.*, (2008)

2.3.3. Diagnóstico ambiental

O diagnóstico ambiental trata de um instrumento de gestão ambiental que visa através de conjunto de ferramentas e estratégias analisar ou dar a conhecer as características ambientais de uma determinada área, permitindo adoptar medidas para minimizar os impactos negativos identificados. (CAVALCANTI e CAMARGO, 2000). É fundamentalmente um instrumento específico das políticas ambientais preventivas, na tomada de decisões baseadas em um amplo e

integrado conhecimento dos efeitos ambientais de uma determinada acção, sobretudo nos planos de urbanização e organização do espaço, oferecendo subsídios para o desenvolvimento (CAVALCANTI e CAMARGO, 2000).

2.3.4.Método de avaliação da percepção de congestionamento humano (capacidade de carga social)

Capacidade de carga social representa o nível de uso além do qual os impactos sociais e experiências como aglomeração e conflito de usuários são inaceitáveis (NEEDHAM *et al.*, 2008). Para o autor a capacidade de suporte social, por exemplo, consiste em avaliar vários indicadores (como encontros, aglomeração, conflito, ruído e satisfação). Encontros e aglomeração são dois dos indicadores mais comumente medidos na capacidade de carga social em ambientes de recreação (VASKE e DONNELLY, 2002 *apud* NEEDHAM *et al.*, 2008).

2.3.5.Teoria do comportamento planeado

Encontros relatados por se tratar de conduta humana, pressupõe-se que o comportamento ambiental possa ser inferido a partir do comportamento de compra, passível de ser estudado pela teoria do comportamento planeado (TCP), uma das mais utilizadas para analisar a relação intenção-comportamento (DAVIES, FOXALL e POLLISTER, 2002 *apud* SOARES, JÚNIOR E CHAGAS, 2018). Esta teoria foi criada com propósito de prever comportamentos em diferentes contextos a partir de um número reduzido de variáveis explicáveis (AJZEN, 1991; HUANG, 2011 *apud* SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018). A Teoria do comportamento planeado propõe que a intenção comportamental, sofre influências da atitude (avaliação favorável ou desfavorável em relação ao comportamento), normas subjectivas (percepção resultante da pressão social exercida sobre essa conduta) e controle comportamental percebido (percepção do controlo sobre a acção) (SANTOS, VEIGA, E MOURA, 2010 *apud* SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018).

2.3.6.Modelo de listagem de impactos ou atributos

O modelo de listagem (*checklist*) de impactos ambientais é uma metodologia elaborada por Nascimento (2005), com objectivo de caracterizar o ambiente físico visualmente e avaliar os impactos ambientais em graus de degradação. Segundo Ranieri *et al.* (1998) citado por Pinheiro (2019), o método de listagem tem como principais vantagens: (i) a possibilidade de realização da AIA em um curto espaço de tempo; (ii) os baixos custos; e (iii) a fácil compreensão pelo público

em geral. Por outro lado, a técnica apresenta um alto grau de subjectividade, uma vez que considera a análise qualitativa e deixa de lado o carácter quantitativo da avaliação.

Quadro 1: Alguns indicadores utilizados para medir impactos ambientais

Indicador	Método de avaliação
Resíduos sólidos	Avaliar a presença e ausência deste tipo de impacto, através de observação e caminhada ao longo do trecho avaliado.
Impacto sobre a vegetação	Observar se ocorreu a retirada da vegetação arbórea original, avaliada na forma de presença ou ausência de impacto. Indícios de pisoteio e danos a plantas tais como galhos quebrados. Consulta aos moradores locais quanto aos impactos observados.
Impacto sobre o solo (erosão costeira)	Identificar árvores na face de praias ou com raízes expostas; marcas de erosão na base de muros residenciais; pós-praia estreita ou inexistente; obras estruturais de proteção costeira; infraestrutura de orla danificada por processos erosivos; e restos de construção na face de praia.
Lançamento de esgoto	Avaliar a presença e ausência deste tipo de impacto, através de caminhada ao longo do trecho avaliado e identificar possíveis lançamentos irregular de esgoto directamente na faixa de praia.
Construções irregulares e padrão das edificações	Neste caso, consideram-se como construções irregular aquelas que são edificadas em áreas inapropriadas, tais como encostas (risco de erosão) ou sobre a faixa de praia. Bem como a desarmonia com o ambiente, observa-se se a construção destaca-se demasiadamente na paisagem quer pela localização ou pelos materiais e cores utilizadas. Além disso também realiza-se consulta a moradores locais quanto a mudanças paisagísticas observadas.

Fonte: Martins *et al.* (2016) e Nascimento (2005) *apud* Pinheiro (2019)

2.4.Importância da avaliação da percepção dos utilizadores

Um dos aspectos centrais do turismo é o relacionamento que se estabelece quando comunidades, povos ou indivíduos diferentes se encontram (ZACARIAS, 2015, p.181). “A participação da comunidade, no âmbito do planeamento turístico, pode implicar diversos benefícios. Dentre eles, melhor confiança nas decisões, aceitação pública das decisões propostas e compreensão dos projectos, integração dos vários interesses e opiniões, assim como promoção e desenvolvimento da aprendizagem social.” (SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.200).

O crescente interesse pelas praias para fins recreacionais também é o resultado do crescimento do turismo e da percepção que as pessoas têm das áreas costeiras e esta percepção varia, em termos socioeconômicos, culturais, nas diferentes cidades e entre as regiões mais ou menos urbanizadas (SOUSA, 2011, p. 13). Segundo Zacarias (2015, p.181), “os impactos sociais do turismo ou a interação entre as comunidades residentes e as visitantes tem sido centro das actividades académicas. Motivado, fundamentalmente, pelo facto de a percepção e atitude das comunidades residentes em relação aos impactos do turismo constituir elemento fundamental para geração de políticas de gestão para o correcto planeamento”.

Entretanto, Sousa (2011) reforça a ideia anterior alegando que estes estudos contribuem para à estruturação e desenvolvimento de planos de gestão, para que os destinos turísticos melhorem a qualidade de experiência oferecida, considerando as opiniões dos turistas e desejos em relação a ZC. De fato, problemas ambientais não podem ser associados apenas ao acelerado crescimento da urbanização, mas também à conduta ou comportamento humano (SOARES, JÚNIOR e CHAGAS, 2018, p.198). Deste modo é fundamental que se colham as opiniões dos turistas assim como residentes locais, investidores e poder público, uma vez que estes estão directamente ou indirectamente relacionados as mudanças ocorridas na zona costeira e podem ajudar na identificação de possíveis problemas encontrados na mesma.

É nesta perspectiva, que Sousa (2011), sugere que a opinião e percepção dos usuários deve ser examinada tendo em conta o horizonte temporal, podendo apoiar futuros planos de gestão da costa, fazendo o cruzamento entre usos das actividades recreacionais e conservação dos recursos existentes. A autora propõe ainda que (Sousa, 2011), as avaliações da percepção dos usuários devem ser feitas mediante aplicação dos métodos de *check-list*, de observação direta e de visitas a instituições públicas locais.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. Perfil dos respondentes

Foram inquiridos 100 visitantes nacionais e estrangeiros entre os meses de Setembro e Novembro (tabela 1). Destes, 53 (53%) eram do sexo feminino e 47 (47%) eram do sexo masculino. Grande parte dos respondentes era proveniente da província de Inhambane (n = 51; 51%), seguido de Maputo (n = 20; 20%) e Gaza (n = 12; 12%). Os quatro estrangeiros que responderam eram provenientes de Portugal.

Tabela 1: Perfil dos respondentes

	Número de pessoas observadas na praia			Total
	Até 50 pessoas	51 a 350 pessoas	351+ pessoas	
Género dos respondentes				
Masculino	18	25	4	47
Feminino	27	21	5	53
Proveniência dos respondentes				
Maputo	9	10	1	20
Gaza	6	2	4	12
Inhambane	22	25	4	51
Sofala	3	1	0	4
Zambézia	2	1	0	3
Nampula	2	3	0	5
Cabo Delgado	1	0	0	1
Portugal	0	4	0	4
Visita anterior à praia				
Não	9	14	4	27
Sim	36	32	5	73
Número de pessoas aceitáveis na praia				
Até 50 pessoas	8	0	0	8
51 a 350 pessoas	16	20	1	37
351+ pessoas	21	26	8	55

Fonte: Elaboração própria.

Dos inquiridos, apenas 27 (27%) visitavam a praia pela primeira vez e mostravam-se satisfeitos com a experiência (n = 80; 80%). Dos visitantes, observaram entre 20 e 200 pessoas na praia e consideraram que o número de pessoas não teve nenhum efeito na sua diversão (n = 51; 51%) ou

que aumentou a diversão (n = 44; 44%). Em relação ao número de pessoas permitidas na praia, de forma específica os respondentes apontaram entre 100 ou mais pessoas.

3.2. Avaliação da acessibilidade, segurança e infraestruturas de apoio na praia

Com base na classificação atribuída verificou-se que (figura 5), 98 (98%) dos respondentes consideraram a praia de fácil acesso e observaram a existência de sombras naturais (n = 39; 39%) e artificiais (n = 46; 46%). Dos visitantes, 72 (72%) não concordaram com a circulação de animais na praia. Dos respondentes, 97 (97%) apontou a presença de equipa de salva-vidas na praia. Em relação aos balneários, dos respondentes, 53 (53%) indicaram como ausentes e consideram a existência de depósitos de lixo em número adequado (n = 92; 92%). Em relação aos serviços de acomodação, dos respondentes, 99 (99%) indicaram como existentes em quantidade adequada e consideraram a disponibilidade adequada de transporte e telefone para público que visita a praia (n = 77; 77%).

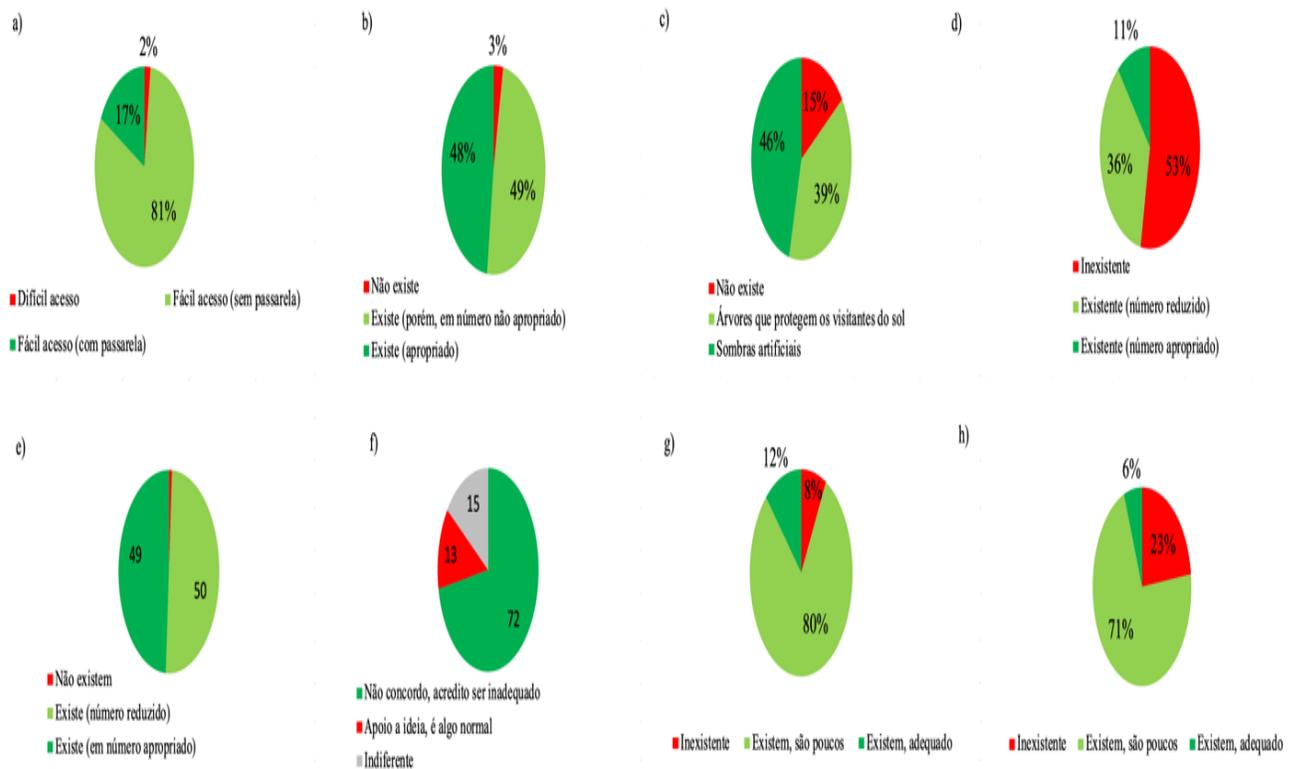


Figura 5: Percepção dos utilizadores em relação a: a) acessibilidade à praia, b) existência de equipas de salva-vidas, c) existência de sombras na praia, d) existência de balneários, e) existência de serviços de acomodação, bar, restauração e outros, f) circulação de animais domésticos na praia, g) depósitos de lixo ao longo da praia, e h) existência de transporte e telefones públicos ao redor da praia.

Fonte: Elaboração própria.

3.3 Percepção dos usuários em relação à qualidade da praia

Em relação importância (figura 6), Dos respondentes, 85 (85%) indicou como importante a disponibilidade de locais de estacionamento e consideraram crucial a existência de banheiros na praia (n = 82; 82%). Dos inquiridos, 75 (75%) apontaram como sendo fundamental a disponibilidade de chuveiros/ estações de enxague. Dos inquiridos, 89 (89%) considerou importante a presença de depósitos de lixo na praia e indicaram como conveniente a existência de mesas de piquenique na praia (n = 61; 61%).

Dos respondentes, 52 (52%) consideraram importante a presença de bancos de parque na praia (figura 6). Dos visitantes, 80 (80%) apontou como sendo indispensável a existência de placas informativas e consideraram desnecessário o pagamento da taxa de visitação (n = 67; 67 %). Dos veraneantes, 88 (88%) indicaram como essencial a presença de salva-vidas na praia e acreditaram que o local é propício para quem quer fugir das multidões urbanas (n = 57; 57%). Em relação a qualidade da água da praia, a maioria dos visitantes considerou ser importante que água seja limpa (n = 77; 77%) e apontou como fundamental a observação de espécies marinhas de grande (n = 59; 59%) e pequeno porte (n = 60; 60%).

Relativamente a satisfação, dos inquiridos, 42 (42%) considerou insatisfeito com a disponibilidade de locais de estacionamento para veículos e ausência de banheiros (n = 67; 67%) ou chuveiros/estações de enxague (n = 47; 47%). Dos visitantes, 39 (39%) mostraram-se insatisfeitos com a presença de depósitos de lixo na praia. Dos visitantes, 37 (37%) revelaram-se insatisfeitos em relação a existência de mesas de piquenique e consideraram insatisfeitos no tocante a presença de bancos de parque (n = 32; 32%).

Dos respondentes, 52 (52%) consideraram importante a presença de bancos de parque na praia. Dos visitantes, 80 (80%) apontou como sendo indispensável a existência de placas informativas e consideraram desnecessário o pagamento da taxa de visitação (n= 67; 67 %). Dos veraneantes, 88 (88%) indicaram como essencial a presença de salva-vidas na praia e acreditaram que o local é propício para quem quer fugir das multidões urbanas (n = 57; 57%). Em relação a qualidade da água da praia, dos visitantes, 77 (77%) considerou ser importante que água seja limpa, apontou

como fundamental a observação de espécies marinhas de grande (n = 59; 59%) e pequeno porte (n = 60; 60%).

No que se refere a satisfação (figura 7), dos inquiridos, 42 (42%) considerou insatisfeito com a disponibilidade de locais de estacionamento para veículos e ausência de banheiros (n = 67; 67%) ou chuveiros/estações de enxague (n = 47; 47%). Dos visitantes, 39 (39%) mostraram-se insatisfeitos com a presença de depósitos de lixo na praia. Dos visitantes 37 (37%) revelaram-se insatisfeitos em relação a existência de mesas de piquenique e consideraram insatisfeitos no tocante a presença de bancos de parque (n = 32; 32%).

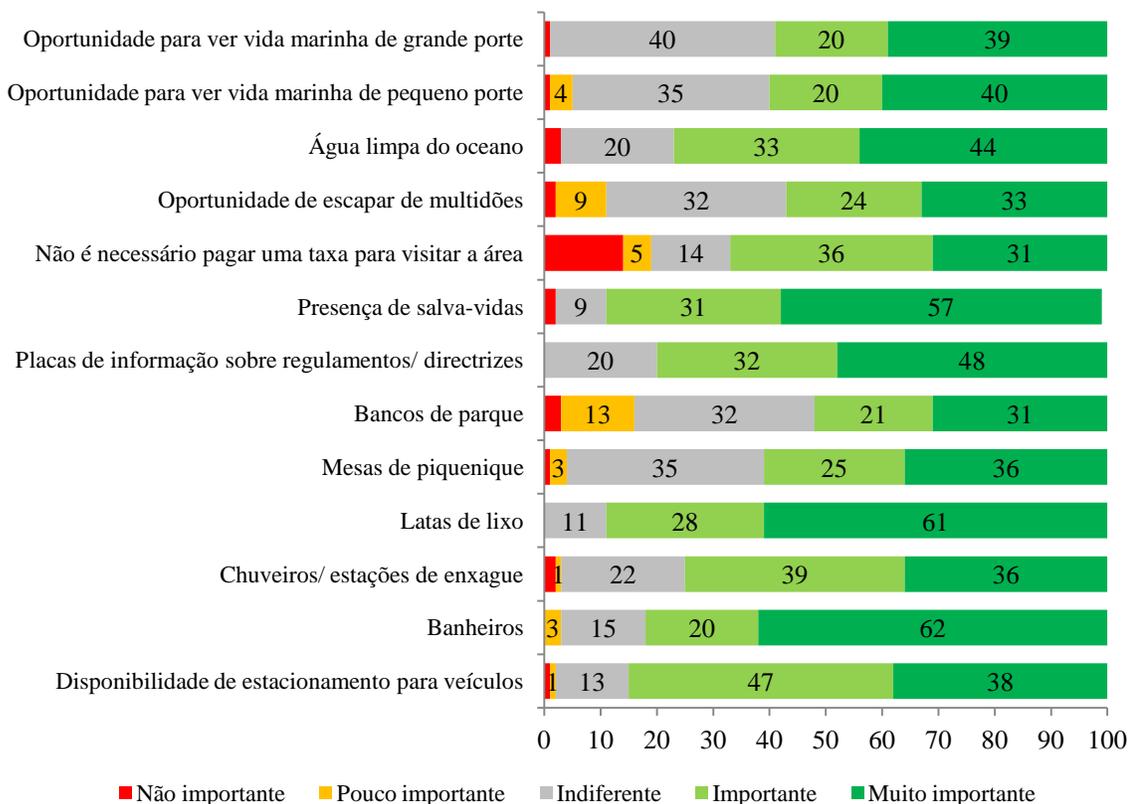


Figura 6: Avaliação da importância dos atributos da praia.

Fonte: Elaboração própria

Dos respondentes, 52 (52%) consideraram importante a presença de bancos de parque na praia. Dos visitantes, 80 (80%) apontou como sendo indispensável a existência de placas informativas e consideraram desnecessário o pagamento da taxa de visitação (n= 67; 67 %). Dos veraneantes, 88

(88%) indicaram como essencial a presença de salva-vidas na praia e acreditaram que o local é propício para quem quer fugir das multidões urbanas (n = 57; 57%). Em relação a qualidade da água da praia, dos visitantes, 77 (77%) considerou ser importante que água seja limpa e apontaram como fundamental a observação de espécies marinhas de grande porte (n = 59; 59%) e pequeno porte (n = 60; 60%).

Com relação satisfação, dos inquiridos, 42 (42%) considerou insatisfeito com a disponibilidade de locais de estacionamento para veículos e ausência de banheiros (n = 67; 67%) ou chuveiros/estações de enxague (n = 47; 47%). Dos visitantes, 39 (39%) mostraram-se insatisfeitos com a presença de depósitos de lixo na praia. Dos visitantes, 37 (37%) revelaram-se insatisfeitos em relação a existência de mesas de piquenique e consideraram insatisfeitos no tocante a presença de bancos de parque (n = 32; 32%).

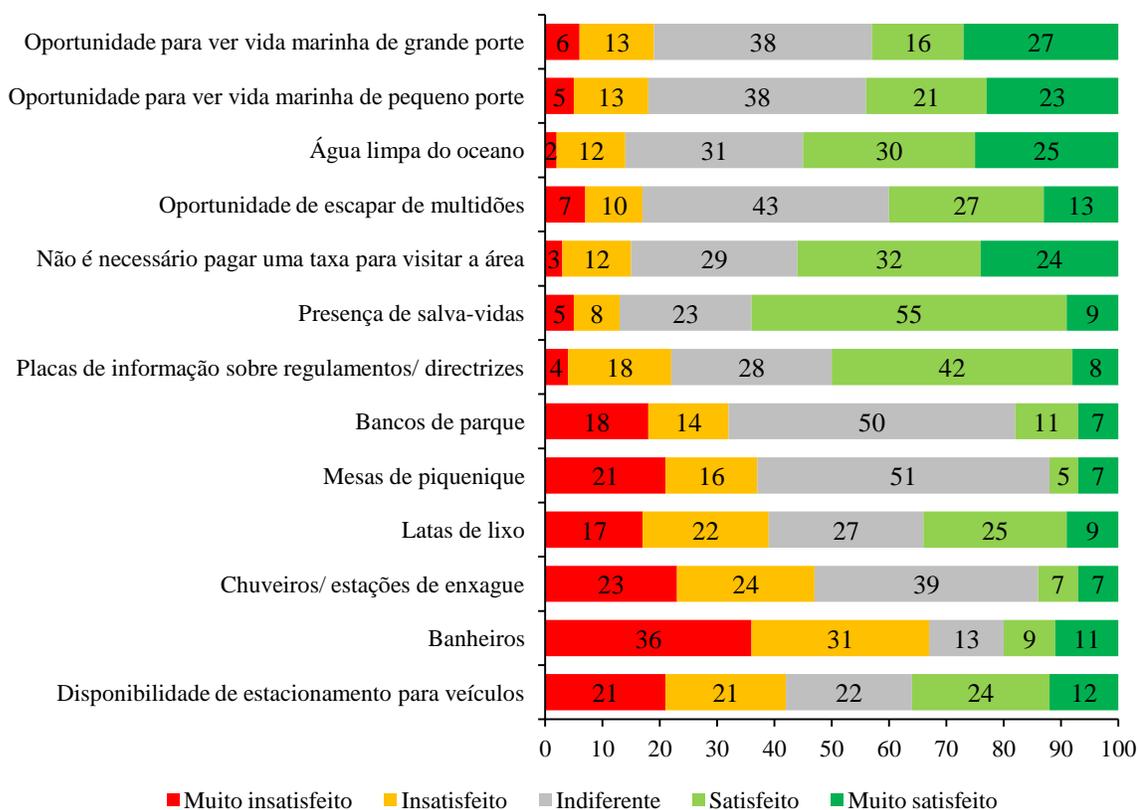


Figura 7: Avaliação da satisfação dos atributos de praia.

Fonte: Elaboração própria

Dos inquiridos, 50 (50%) mostrou-se satisfeita no que diz respeito a existência de placas informativas. Dos visitantes, 64 (64%) considerou-se satisfeito em relação a presença de salva-vidas na praia e demonstrou-se contente por não pagar a taxa de visitação (n = 56; 56%).

Dos visitantes, 40 (40%) considerou-se satisfeita em relação a oportunidade de fugir da rotina das cidades e apontaram satisfeitos em relação qualidade da água da praia, por ser limpa (n = 55; 55%). Dos visitantes, 43 (43%) mostraram satisfeitos por observar espécies marinhas de grande e pequeno porte (n = 44; 44%).

Em relação ao grau de satisfação com os 13 atributos analisados (figura 8), verificou-se que os respondentes classificaram 7 atributos (placas informativas, presença de salva-vidas, não cobrança de taxas de entrada, oportunidade de escapar de multidões, água limpa do oceano, oportunidade para ver vida marinha de pequeno porte e oportunidade para ver vida marinha de grande porte.) das características como importante na praia do Tofo, concretamente, com grau de aprovação de 0,32, 0,55, 0,62, 0,29, 0,64, 0,44 e 0,45 nomeadamente. Seis atributos (estacionamento para veículos, banheiros, chuveiros, latas de lixo, mesas de piquenique e bancos de parque) não corresponderam as expectativas dos visitantes, sendo que o grau de satisfação variou entre -0,15, -0,72, -0,49,-0,13,-0,39 e -0,25.

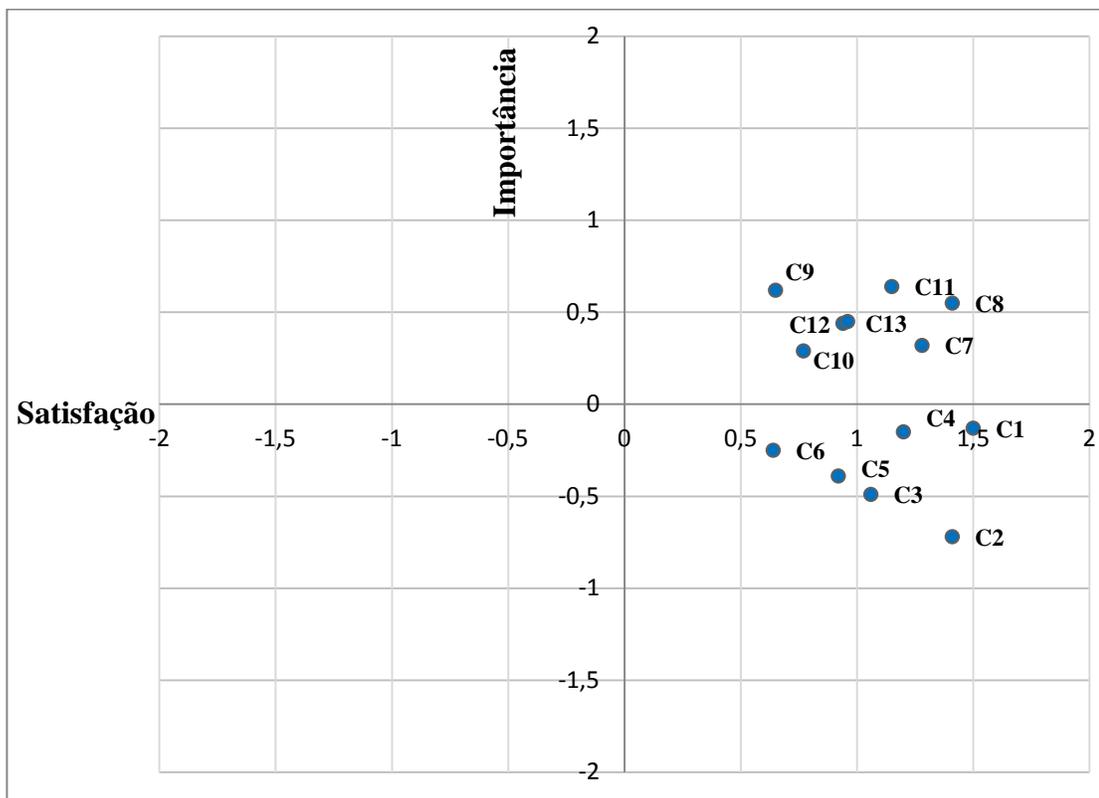


Figura 8: Matriz de importância-satisfação em relação às características da praia.

Fonte: Elaboração própria.

3.4. Percepção em relação à sobrecarga turística

Dos respondentes (figura 9), 85 (85%) considerou inaceitável a densidade de pessoas na fotografia A e apontaram a fotografia B como aceitável (n = 69; 69%). Dos visitantes, 78 (78%) indicaram a fotografia C como aceitável e consideraram a fotografia D aprovável (n = 76; 76%). Dos visitantes, 68 (68%) considerou inaceitável a densidade de pessoas nas fotografias E e F (n = 98; 98%). Dos visitantes (figura 11), 73 (73%) indicaram que a fotografia A não deve ocorrer na praia e consideraram como permitida a fotografia B (n = 66; 66%).

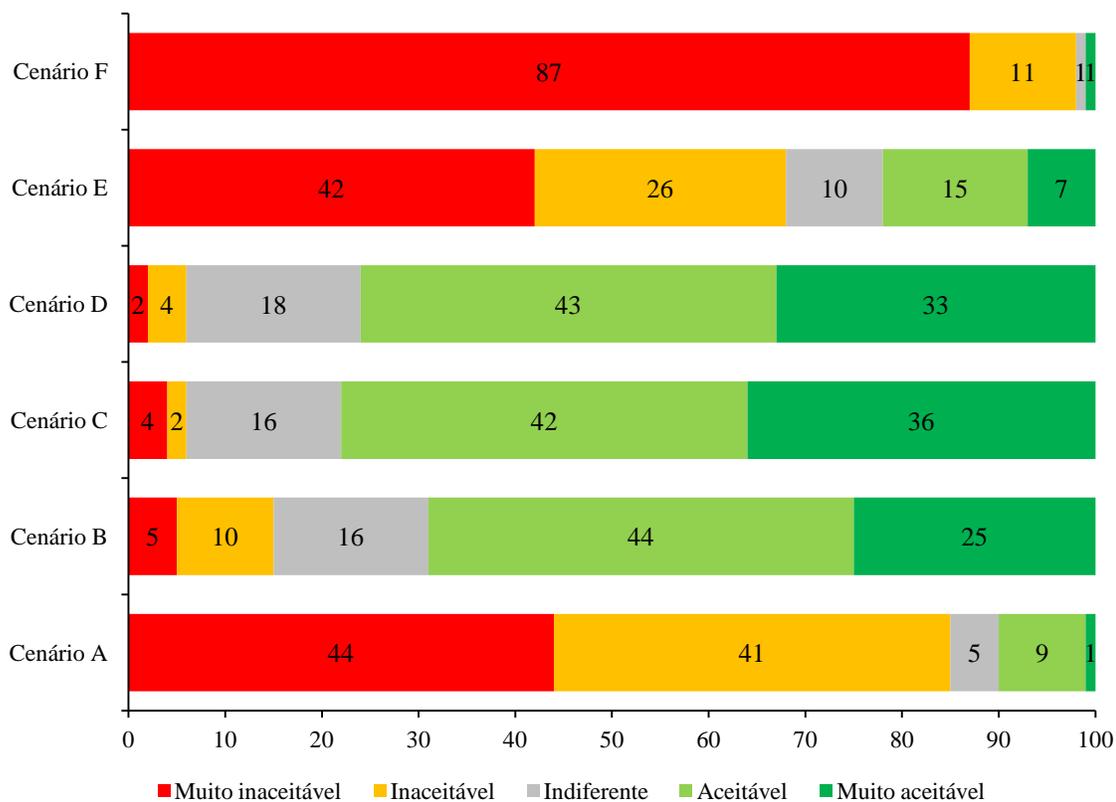


Figura 9: Percepção dos inquiridos em relação à densidade de pessoas aceitável na praia do Tofo.

Fonte: Elaboração própria

Dos respondentes, 85 (85%) apontou que a fotografia C deve ocorrer na praia e consideraram permitida a fotografia D ($n = 75$; 75%). Dos inquiridos, 68 (68%) indicou que a fotografia E não deve ocorrer, considerou que a fotografia F não deve ser permitida, os visitantes observaram os cenários B, C e D como mais frequentes na praia.

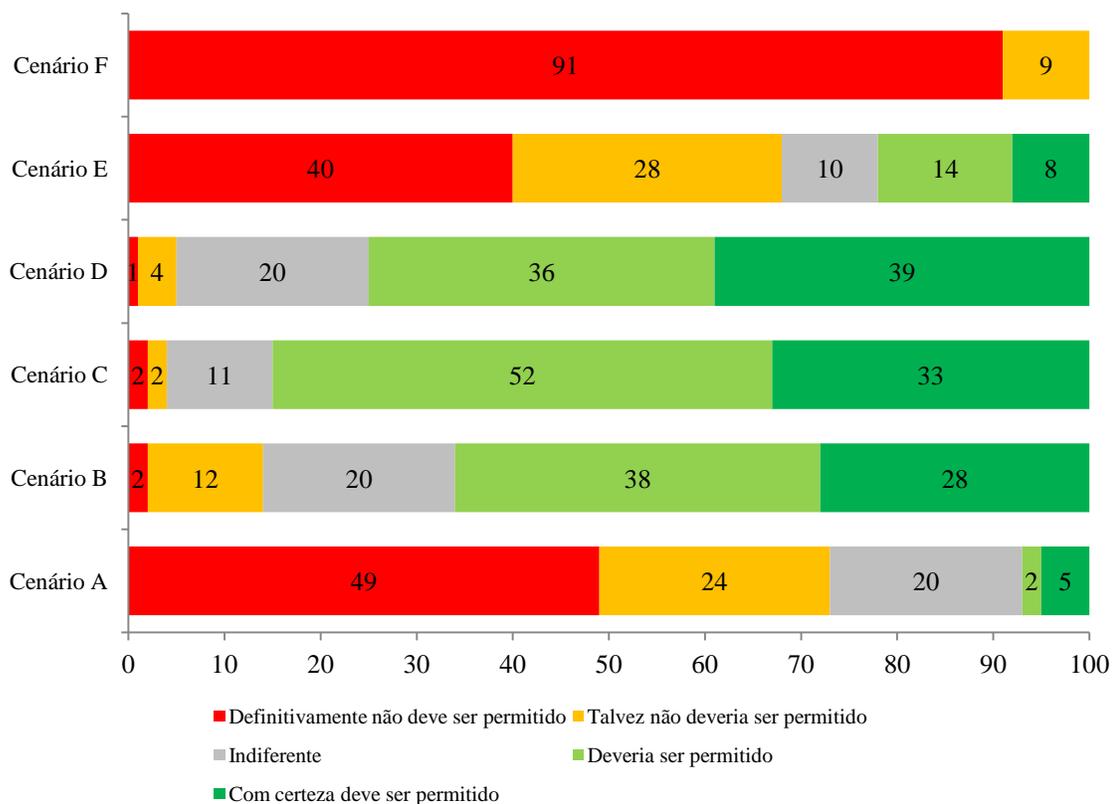


Figura 10: Percepção dos inquiridos sobre a densidade de pessoas que não pode ocorrer na praia do Tofo.

Fonte: Elaboração própria

3.5. Estratégias para gestão da praia

Dos inquiridos, 81 (81%) apoiou a ideia de aumento das informações interpretativas na praia, 71 (71%) consideraram que a praia deve ser zoneada evitando que as actividades recreativas se sobreponham na mesma área e 74 (74%) indicaram aceitável a melhoria da consciência das pessoas em relação a educação ambiental. Dos visitantes (figura 11), 56 (56%) apoiaram a ideia de restrição do número de pessoas na praia e 81 (81%) consideraram aceitável a melhoria da manutenção da praia. Dos inquiridos, 81 (81%) concordou com a implementação de mais instalações ou serviços na praia, 80 (80%) indicou aceitável a colocação de mais sombras artificiais e considerou aprovável aumentar o número de pessoal de salva-vidas ($n = 77$).

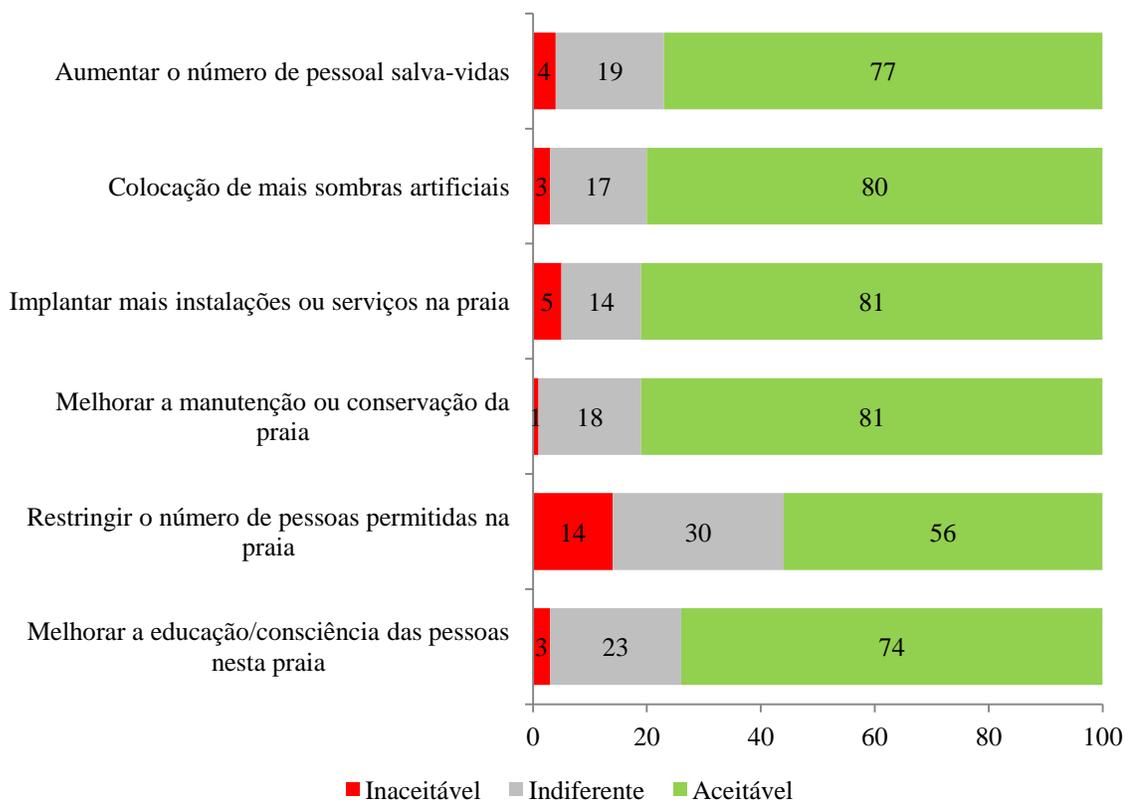


Figura 11: Percepção dos inquiridos em relação a algumas medidas de gestão de praia.

Fonte: Elaboração própria.

4.DISSCUSSÃO DOS RESULTADOS

A satisfação é baseada em diferentes experiências que muitas vezes fornecem diferentes tipos de satisfação e múltiplos fatores que diferem de pessoa para pessoa, em vez de uma única avaliação geral ou global de satisfação (NEEDHAM *et al.*, 2008, p.9). Os resultados indicaram que maior parte dos visitantes mostrou-se satisfeita com a visita à praia do Tofo. No entanto, importa salientar que estudos indicaram não haver variação nas medidas globais porque a satisfação geral da recreação tende a ser uniformemente alta, entre 80% à 95% (MANNING *et al.*, 1999).

Segundo Zacarias (2015), para verificar validade de resultados de pesquisas em áreas balneares deve-se considerar algumas variáveis sobre a qualidade do espaço, em função da importância e satisfação dos utilizadores em relação a praia. Embora a satisfação geral dos utilizadores tenha sido extremamente alta (tabela 1), os visitantes não ficaram satisfeitos com todos os atributos da praia (estacionamento para veículos, banheiros, latas de lixo, mesas de piquenique, chuveiros/estações de enxague e bancos de parque) (Figura 7). Conforme sustenta Needham *et al* (2008), os visitantes podem estar satisfeitos com um aspecto particular do cenário ou de sua experiência, mas sentirem que um dos atributos não corresponde as suas expectativas.

O resultado anteriormente descrito revelou ainda que os visitantes acharam importante que a praia possua todos os atributos. Neste sentido, é merecida uma atenção especial da administração da praia do Tofo de forma a olhar para os aspectos que não responderam as expectativas dos visitantes, pois nota-se ausência de alguns elementos essenciais na praia (por exemplo: balneários, bancos de parque e chuveiros).

Em relação a aglomeração, os inquiridos observaram entre vinte e duzentas pessoas e gostariam de encontrar na praia cem ou mais pessoas. Segundo Needham *et al* (2008), estudos demonstraram que pode ser irreal esperar que os entrevistados identifiquem com precisão quantas pessoas encontraram ou que seria aceitável ou inaceitável (pode ser difícil, por exemplo, para os entrevistados visualizarem como seriam 1.500 outras pessoas em uma área da praia). Porém essa abordagem foi utilizado neste estudo, porque permite que os visitantes percebam o congestionamento humano quando encontram mais pessoas do que o padrão estabelecido pelas suas normas para condições aceitáveis (ZACARIAS, 2015, p.185).

Os visitantes alegaram que o número de pessoas não teve nenhum impacto no seu prazer/satisfação durante a estadia na praia. O que pode significar que o número de pessoas aceitáveis ou observáveis pode não influenciar de forma significativa as actividades de recreação dos visitantes. Conforme descrito em Needham *et al.* (2008), embora níveis de aglomeração e uso sejam questões sociais importantes, os altos níveis de uso podem não distrair substancialmente as experiências dos usuários.

Em relação a avaliação da densidade de pessoas por meio de fotografias, os inquiridos revelaram inaceitáveis três cenários (fotografias A, E e F), onde o primeiro ilustrava um espaço sem visitantes (praia deserta), segundo com um número medio de visitantes (lotado) e terceiro superlotado (vide figuras 6 e 7). Segundo Needham *et al* (2008), a abordagem visual (fotográfica) é bastante consistente por ter sido usada anteriormente em pesquisas passadas (Consultar autores mencionados no artigo). Entretanto, Zacarias (2015) em seu estudo revelou que praias desertas ou superlotadas não foram consideradas agradáveis pelos inquiridos, facto que se assemelha a este estudo. Conforme Vaske e Donnelly (2002) citado por Needham *et al* (2008, p.7)

Pesquisas sugerem que, quando os usuários percebem que um ambiente está lotado, eles comparam, pelo menos implicitamente, as condições que eles realmente experimentaram (por exemplo, número de encontros) com sua avaliação normativa do que eles consideram condições aceitáveis ou inaceitáveis para o ambiente (por exemplo, uso níveis).

Os encontros relatados pelos usuários pode não revelar os níveis máximos de uso aceitáveis ou uma compreensão de como o uso deve ser gerenciado e monitorado (NEEDHAM *et al.*, 2008). Apartir desse estudo foi possível perceber que os visitantes (exemplo: mostravam-se com duvidas em relação ao número de pessoas observadas durante a estadia) apresentavam dificuldades para estimar o número de encontros nos diferentes pontos da praia do Tofo, em caso de não uso de lista de número de pessoas e imagem dos diferentes cenários de densidade de individuos pode revelar-se como frustrante para qualquer investigador colectar dados de um estudo com as mesmas características que este. Uma vez que os visitantes podem escolher um determinado número de outros utilizadores, sem realmente compreenderem a dimensão espacial do mesmo (ZACARIAS, 2015, p.186).

Sugerindo dessa forma, a abordagem fotográfica para estimar os níveis de uso em todo um local, especialmente em áreas de grande extensão (NEEDHAM *et al.*, 2008). Em relação as medidas de gestão da praia, na maioria os inquiridos apoiaram as mesmas, facto que é bastante positivo. Pois essas opiniões podem oferecer uma base conceitual e aplicada para ajudar a abordar essas questões (ou seja, padrões que os indivíduos usam para avaliar actividades, ambientes ou estratégias de gerenciamento como boas, ruins ou o que deveria ser) (NEEDHAM *et al.*, 2008).

Em suma, os resultados implicam que o compreender o relacionamento entre visitante-residente, impactos ambientais e aglomerações são essências para melhorar a actividade turística e evitar a degradação dos ambientes costeiros, de forma que a praia não perca os seus atributos. Conforme sustenta Zacarias (2015, p.187), aspectos como a interação entre os visitantes e os residentes, a gestão dos impactos ambientais, a avaliação da capacidade de carga (social e ecológica), bem como a provisão de um conjunto de infraestruturas e serviços se afigura primordial para garantir que a praia mantém as suas características e o turismo seja desenvolvido de forma sustentável.

Por outro lado o estudo contribui para entender o número ótimo de pessoas aceitável na praia facto que pode ser crucial para evitar as alterações físicas em espaços costeiros. Outro elemento fundamental é a percepção da satisfação dos turistas que de alguma forma contribui para identificação das características a serem melhoradas no ambiente costeiro. Como reitera Zacarias (2015, p.189) estudos desta natureza são fundamentais para definir o número ideal de pessoas que devem ser admitidas na praia sem deteriorar a satisfação dos veraneantes, definir os elementos a se melhorados, introduzidos ou retirados no contexto de infra-estruturas e serviços. Dentre as estratégias que devem ser seguidas pelos gestores de praia para melhorar a satisfação dos visitantes destacam-se algumas: (i) elaborar pesquisas relacionadas a satisfação do visitante (avaliando características consideradas necessárias ou não), (ii) criar debates sobre educação ambiental da comunidade local em relação aos impactos ambientais e potencialidades da actividade turística promovendo sempre a sustentabilidade, (iii) instalação de infraestruturas ausentes (exemplo: balneários, mesa de piquenique, chuveiros entre outros) e melhoramentos das existentes (parques de estacionamento, transporte publico, sinalização, salva-vidas), (iv) controlar e reavaliar de forma periódica a capacidade de carga social para que o número de visitantes aceitável não seja excedido e (v) optar pelo zoneamento dos empreendimentos e actividades turísticas/os para evitar que estes/as fiquem sobreposto/a no mesmo ponto da praia, pois autores

alegam que planeamento e ordenamento se reflete em condições para a organização e viabilidade da actividade turística (exemplo: Carvalho, 2009) contribuindo para melhorar a imagem do destino.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho, teve como objectivo avaliar a capacidade de carga e percepção dos utilizadores em relação as actividades de recreação na praia do Tofo. Com intuito de contribuir para apoio ou melhoramento das estratégias de gestão da zona costeira. A pesquisa revelou que os visitantes mostraram-se satisfeitos em relação as actividades de lazer na praia, tendo deixado ficar um sentimento positivo em relação aos atributos do destino.

Entretanto, entre as características avaliadas os utilizadores indicaram que todas são importantes, porem em termos de grau satisfação do total de 13 atributos, 7 responderam as expectativas dos visitantes e os restantes 6 não atenderam as expectativas dos visitantes deixando um alerta claro de que são aspectos a serem revistos pelos gestores do destino, notou-se ainda a inexistência ou insuficiência de alguns elementos dentro das características não satisfatórias.

Em relação ao grau de ocupação, grande parte dos respondentes indicou como aceitáveis os cenários B,C e D, sendo que o número de pessoas permitidas na praia varia de 125 à 501 pessoas. Conforme Needham *et al.* (2008, p.31), As fotografias, portanto, extrapolaram para aproximadamente 0 pessoas para a fotografia A, 125 pessoas para a fotografia B, 251 pessoas para a fotografia C, 501 pessoas para a fotografia D, 1003 pessoas para a fotografia E e 2006 pessoas para a fotografia F.

Nesse contexto, grande parte dos respondentes não concordou com a ideia dos cenários vazios e superlotados. Desta feita, fica evidente a importância de avaliar as opiniões dos utilizadores visto que podem ser levadas em consideração para apoio as tomadas de decisão sobre processo de gestão das zonas costeiras.

Recomendações

- Aumentar o número de salva-vidas nas épocas quentes;
- Colocação de balneários e Chuveiros;
- Colocação de passarela para facilitar acesso de cadeirantes;
- Zonear a praia para que as actividades turísticas não fiquem sobrepostas no mesmo ponto;
- Controlar o número de visitantes nas épocas de pico de modo que não excedam a lotação ideal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AFONSO, Cíntia. M. (1999). *Uso e ocupação do solo na Zona Costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental*. São Paulo: Editora Anablume. 185p.
2. AJZEN, Icek. (1991). *The Theory of Planned Behavior*. *Organizational behavior and human decision processes*, 50 (2), 197-211.
3. ALBUQUERQUE, Helena e MARTINS, Filomena (2007). *A inovação como aposta para o desenvolvimento turístico sustentável do litoral centro de Portugal*. Universidade de Aveiro.
4. ALBUQUERQUE, Helena.C. C. (2004). *Turismo Sustentável nas Zonas Costeiras: o Caso das Praias de Mira*. 2004.+ Anexos, Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal p 157.
5. ASCHER, François. (1984). *Tourisme, sociétés transnationales et identités culturelles...*, UNESCO, Paris, França. ISBN: 9232020955106.
6. AZEVEDO, Hélsio A.M.; FREI, Vanito V.M. e MARQUES, Ana C.O. *Impactos e riscos ambientais da actividade turística: A praia da Barra no Município de Inhambane/Moçambique*. Espaço em Revista. Issn:1519-7816 vol. 15 nº 2 Jul/dez, p.1-27, 2013.
7. BARBETTA, Pedro A. (2002). *Estatística aplicada a ciências sociais*. 5 ed. UFSC.
8. BELFIORI, Stefano. (2003). *The growth of integrated coastal management and the role of indicators in integrated coastal management: introduction to the special issue*. *Ocean e Coastal Management*, 46 (3): 225-34.
9. BELINO, José A.T; BELTRÃO, Mayara C. e MARENZI, Rosemeri C. *Análise da qualidade visual da paisagem de praias arenosas na orla de Itajaí-SC*. *Braz. J. Aquat. Sci. Technol.* 21(2). eISSN 1983-9057. DOI: 12459/bjast.v 21. n 2, 2018.
10. BENI, Mário C. (2000). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo-SP: 3º ed. SENAC. São Paulo.
11. BENI, Mário C. *Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 14 (2), p.1-8, maio/ago, 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>
12. BUTLER, Richard. (1980). *The concepty a tourist are life cycle of evolution implications for management of resources*. *Canadian Geographer*.

13. CALVCANTI, Agostinho P.B. e CAMARGO, José C.G (2000). *Impactos e condições ambientais da zona costeira do estado do Piauí. Do Natural, do Social e das suas interações: visões geográficas organizadoras*. Rio Claro, USP/DGH, p.59-78.
14. CARVALHO, Paulo. (2009). *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*. Cabo Verde – Praia, In: 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf>.
15. COELHO, Julio A.S. e LOURENÇO, Paulo F.A. *A identificação da fase do ciclo de vida de um destino turístico para as escolhas estratégicas: uma proposta de uma ferramenta expedita*. Revista de Estudiosos Economicos y Empresariales.nº 27, p 15-41 ISSN: o212-7237, 2015.
16. COSTA, Cristiane F. *et al* (2007). *Recifes costeiros da Paraíba, Brasil: usos, Impactos e Necessidades de manejo no contexto da sustentabilidade*. Gaia Scientia, 1(1).p.37-45.
17. CUNHA, Luísa M.A. *Modelos Rash e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes*. 2007. Dissertação de Mestrado em Probabilidades e Estatística, Universidade de Lisboa, 2007.
18. DAVIES, Janette; FOXALL, Gordon. R. e POLLISTER, John. (2002). *Beyond the intention-behavior mythology: an integrated model of recycling*. Marketing Theory, 2(1), p.29-113.
19. DELGADO, Maurício. *Análise da Metodologia criada por Miguel Cifuentes referente à Capacidade de Carga turística*. Turismo em análise, v. 8, n 1, p.73-91, Mai, 2007.
20. EGLER, Cláudio. A. G. (1996). *Potencial de risco ambiental na zona costeira*. In: MORAES, A. C. R. de et al. (Org.). *Macrodiagnóstico da zona costeira do Brasil na escala da União*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.
21. ESPINOSA, Uresandia *et al*. (2017). *Local Tourism Destination Carrying Capacity Measurement Challenges*. Sub-National Measurement and Economic Analysis of, p.26-41.
22. FERNANDES, Larissa R (2005). *A capacidade de carga como instrumento do planeamento turístico sustentável em áreas litorâneas*, p.17.
23. FRATA, Ângela M. *Ciclo de vida do destino turístico do Município de Bonito em Mato Grosso do Sul*. 2007. Dissertação de Mestrado em Agronegócios. Campo Grande, Fev. 2007.
24. FRATUCCI, Aguinaldo C (2000). *Os lugares turísticos: territórios do fenómeno turístico*. *GEOgraphia* (ISSN: 0039-341x), 4:129133.Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brazil.

25. GARCEZ, Ana. CORREIA, Ricardo A.F.; FRANCO, João (2021). *Turismo e COVID-19: Impactos no comportamento do consumidor Turístico*. Iberian conference on information systems and technologies (CISTI). Chaves, Portugal.
26. GRAEFFE, Alan.R.; VASKE, Jerry.J. e KUSS, Fred.R. (1984). *Social Carrying Capacity: An Integration and Synthesis of Twenty Years of Research*. Leisure Sciences, 6 (4): 395-431.
27. GRECHINSKI, Paula T. e GOVEIA, Elieti F. *Turismo em Ambientes Costeiros e o Combate ao Lixo*. Revista Turismo e Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba v. 14, nº 1, p.22-41, Jan-Abr, 2021.
28. HOGUANE, António M. *Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique*. Revista de Gestão Costeira Integrada, Lisboa, Portugal, 7(1). (ISSN: 1646-8872 p.69-82, 2007.
29. HUANG, Jie. T. (2011). *Application of planned behavior theory to account for college students' occupational intentions in contingent employment*. Global Visions, 59(5), 455-466.
30. IGNARRA, Luiz. R. (1999). *Fundamentos do Turismo*. 1ª Edição, São Paulo: Pioneira. 205p.
31. JURADO, Enrique; DANTAS, Augusto.G. e SILVA, Carlos.P. (2009). *Coastal Zone Management: Tools for establishing a set of indicators to assess beach carrying capacity (Costa del Sol – Spain)*. Journal Coastal Research, SI 56: 1125-1129.
32. LE, Ye *et al.* (2006). *Environmental management: a study of vietnamese hotels*. Annals of Tourism Research, 33(2), 545-567.
33. LINDBERG, Kreg e MCCOOL, Stephen.F. (1998). *A critique of environmental carrying capacity as a means of managing the effects of tourism development*. Environmental Conservation, 25(4): 291–292. doi:10.1017/S0376892998000368
34. MANNING, Robert. E *et al* (1999). *Studies in outdoor recreation: Search and research for satisfaction* (2ed.). Corvallis: Oregon State University Press.
35. MARAUJO, Maria N. e CARVALHO, Paulo. *Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável*. Turismo e sociedade, Curitiba, v.3. nº 2, p. 147-161, Out, 2010.
36. MARQUEZ, Laura A.M e FALCÃO, Márcia T. *Capacidade de carga turística na trilha do Kuata, comunidade Nova Esperança, terra indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima*. ACTA Geografica, Boa vista v.15 nº 37, Jan/abr, p.292-317, 2021.
37. MARTINS, Karoline. A *et al.* *Determinação Da Erosão Costeira No Estado De Pernambuco Através De Geoindicadores*. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 17, p. 1/9-14, 2016.

38. MEDEIROS, Lindenber. C; MORAES, Paulo. E. S. *Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável*. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 197-234, jan./jun, 2013.
39. MENDES, Francisco.C; VIANNA NETO, Clerisante. M.; MENDES, Magnólia. L. V. C. (2019). *Turismo sustentável, responsabilidade socioambiental e transporte recreativo em áreas de falésias no litoral sul paraibano*. paraibano. In BRAMBILLA, A. et al.; **T&H**: Turismo E Hotelaria No Contexto Das Responsabilidades Sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. p. 141 - 178. Série Turismo e Hotelaria. Disponível em: <https://www.ufpb.br/gcet/contents/documentos/repositoriogcet/livros/serie-turismo-e-hotelaria/turismo-hotelaria-no-contexto-da-responsabilidadesocial.pdf#page=141>.
40. NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2017a). *Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/97142-articulando-os-programas-degoverno-com-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-os>.
41. NASCIMENTO, M. *Turismo e Recreação nas Praias do Baixo Rio Negro – Uma Avaliação Retrospectiva de Impactos Ambientais*. 2005. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Biologia Tropical e Recursos naturais, Universidade Federal do Amazonas-UFAM), Manaus/AM, 2005.
42. NEEDHAM, Mark. D. et al. (2008). *Recreation carrying capacity and management at Kailua Beach Park on Oahu, Hawaii*. Final project report for Hawaii Coral Reef Initiative – Research Program. Corvallis: Oregon State University, Department of Forest Ecosystems and Society. p. 74.
43. NEVES, Augusto J.A. e EUSEBIO, Celeste. *Capacidade de carga em destinos turísticos: Uma revisão da literatura*. Journal of Tourism e Development, vol.2 n° 36, p. 245-258), 2021.
44. NHAMTUNBO, Emídio Samuel (2007). *Tendência de Desenvolvimento do Turismo e Alterações na Ocupação e Utilização do Espaço no Município de Inhambane*. Inhambane: UEM-ESHTI.
45. NOBRE, António. C. S. *A Implementação do 14º Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: A participação da sociedade civil brasileira*, 2019. 132 fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande, Núcleo de Gerenciamento Costeiro - Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, 2019. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/083_Ana_Carolina_Silva_Nobre.pdf.
46. NODARI Maria Z. N. *As Contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu*. 2007. Dissertação de Mestrado desenvolvida como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico conferido pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

47. OLIVEIRA, Emanuele S. *Análise da capacidade de carga física, social e ecológica da praia de Imbassaí no litoral norte da Bahia*. 2020. Bacharelado em ciências biológicas, Universidade Católica do Salvador, Brazil p. 44, 2020.
48. OMT (Organização Mundial do Turismo) (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
49. PERAL, Francisco J.B. et al. *El indicador sintético DCP como instrumento de medición de la sostenibilidad turística*. Revista Electrónica de Comunicaciones y Trabajos de XVII Jornadas ASEPUMA, p.1-22, 2009.
50. PIATTO, Laura. e POLETTE, Marcus. *Análise do Processo de Artificialização do Município de Balneário Camboriú, SC, Brasil*. Revista da Gestão Costeira Integrada 12 (1):79-90, 2012.
51. PIERCE, Cynthia. L.; MANFREDO, Michael. J. e VASKE, Jerry. J. (2001). *Social science theories in wildlife management*. In D. J. Decker, T. L. Brown, & W. F. Siemer (eds.), *Human dimensions of wildlife management in North America* p. 39-56.
52. PINHEIRO, Cezar P.S. *Análise dos impactos ambientais e da percepção da população frente ao turismo na zona costeira do Município de Salinópolis/PA*. 2019. Bacharel em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Universidade Federal Rural da Amazona. Belém, 2019.
53. PIRES, Paulo S. et al. *Estruturação de Matriz de Impactos do Turismo: O Caso do Agroturismo no Município de Santa Rosa de Lima/SC*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 3, n. 1, p. 68-89, abr, 2008.
54. PRODANOV, Cleber C. e FREITAS, Ernani C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale; disponível em <http://www.feevale.br/editora>.
55. RANGEL, Ronny A. e CHAVES, Juliana M.P. *O ciclo de vida do produto turístico e as estratégias de gestão de marketing: um estudo de caso sobre Bonito (MS)*. Destarte, v.2, n 1, 2012.
56. RANIERI, Simone, B. L. et al. *Aplicação de índice comparativo na avaliação do risco de degradação das terras*. Revista Brasileira de ciência do Solo, Viçosa, v. 22, n. 4, p. 751-760, 1998.
57. SANHUDO, Daniel G.F. *A actividade turística em ambientes costeiros do Município de Tapes: uma revisão da literatura sobre desafios na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável*. 2020. Bacharelato em Gestão Ambiental, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Tapes, 2020.
58. SANTOS, Debora. O; VEIGA, Ricardo. T. e MOURA, Luiz. R. C. (2010). *Teoria do comportamento planejado decomposto*. Organizações em contexto, 6(12), 78-106.

59. SANTOS, Orildo R. (2016). *Um olhar de alunos da EJA sobre impactos ambientais do Turismo costeiro em Ajuruteaua*. Editora Unijuí, Ano 31, nº 100. Set./Dez disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2016.100.116-139>
60. SCÓTTOLO, Denise e NETTO, Alexandre P. *Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local*. CULTUR: Revista de Cultura e Turismo 9 (1). São Paulo, p.36-59, 2015.
61. SILVA, Carlos. P (2002). *Beach Carrying Capacity Assessment: How Important is it?*. Journal of Coastal Research, 36: 190-197.
62. SILVA, Cleber G. *Acondicionamento e coleta de resíduos sólidos: um estudo sob a perspectiva dos prestadores de serviços turísticos da Praia do Atalaia-PA*. Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica, vol. 16, n. 1, 2014.
63. SOARES, Amanda M.C; JÚNIOR, Sérgio M. e CHAGAS, Márcio M. *Factores que Afetam o Comportamento Ambiental de Residentes em Destinos Turísticos Costeiros*. Revista do Turismo em análise-RTA. ISSN: 1984-4867, 2018.
64. SOUZA, S. L. S. A. *Agenda 2030 e suas interfaces com a política pública de turismo no Brasil*, f 2020. Monografia (Especialização), Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. BrasíliaDF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5604/1/Sinara%20Leandra.pdf>.
65. SOUSA, Rosigleyse C. *Capacidade de carga recreacional, percepção dos usuários e qualidade da água em três praias turísticas da costa Amazônica*. 2011. Dissertação pós-graduação em Biologia Ambiental, Universidade Federal do Pará. Bragança-PA, 2011.
66. TIBIRIÇÁ, Y. Birtles, A. Valentine, P & Miller, D. K. - *TURISMO DE MERGULHO EM MOÇAMBIQUE – UMA OPORTUNIDADE EM RISCO*; disponível em https://www.academia.edu/478339/Turismo_de_Mergulho_no_Sudeste_de_Mo%C3%A7ambiqueuma_oportunidade_em_risco.
67. TORREROS, Lúcia. *Modelo turístico sustentable para el municipio de Tequila, Jalisco, México: una perspectiva del desarrollo local*. 2010. 384 f. Tesis (Doctorado en Ciudad, Territorio y Sustentabilidad). Universidad de Guadalajara. Guadalajara, 2010.
68. TRAVERSO, et al. (2020). *Turismo sustentável como instrumento para a cidadania e sustentabilidade: Estudo de Caso do Parque Witeck, Novo Cabrais, RS*: In BRAMBILLA, A. et al.; T&H: Turismo E Hotelaria No Contexto Das Responsabilidades Sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. p. 343 - 379. Série Turismo e Hotelaria. Disponível em: <https://www.ufpb.br/gcet/contents/documentos/repositorio-gcet/livros/serie-turismo-ehotelaria/turismo-hotelaria-no-contexto-da-responsabilidade-social.pdf#page=141>.

69. VASCONCELOS, Fábio. P. e CORIOLANO, Luzia. N. *Impactos socio-ambientais no litoral: um focono turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no estado do Ceará/Brasil*. Revista de Gestão Costeira Integrada, 8(2), 259-275, 2008.
70. VASKE, Jerry J. e DONNELLY, Maureen P. (2002). *Generalizing the encounter-norm-crowding relationship*. Leisure Sciences, 24, 255-270.
71. VEIGA, José E. *A face territorial do desenvolvimento*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v.3, n. 5, p. 5-19, set, 2002.
72. ZACARIAS, Daniel A. *Avaliação da capacidade de carga turística para gestão de praias em Moçambique: o caso da praia do Tofo*. Revista da gestão costeira integrada, 13 (2), p. 205-214, 2013.
73. ZACARIAS, Daniel A. *Turismo em áreas balneares: uma análise da intenção entre residente e visitantes na Praia do Tofo, Moçambique*. Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management, 15(2):179-191, 2015.
74. ZACARIAS, Daniel.A.; WILLIAMS, Allan.T. e NEWTON, Alice. (2011). *Recreation carrying capacity estimations to support beach management at Praia de Faro, Portugal*. Journal of Applied Geography, 31: 1075-1081. doi: 10.1016/j. apgeog.2011.01.020

APÊNDICES

Apêndice A: Modelo de questionário aplicado no campo.



Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

Questionário aos visitantes

O presente questionário é aplicado no âmbito do Trabalho de fim do curso, onde pretende-se entender sua opinião e experiência em relação a aglomeração, qualidade da praia do Tofo e como a área esta sendo gerida. Sua resposta é importante para apoiar os gestores e planeadores turísticos para a boa gestão da praia. A participação é voluntária e as respostas são anónimas.

Departamento de Turismo

Por favor, responda a todas as perguntas e devolva o questionário. Coloque X ou números (exemplo: 1, 2, ... 5, círculo, traço, etc.) nos campos necessários.

ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS DE APOIO NA PRAIA

1. Qual é a sua opinião em relação à acessibilidade à praia?

Difícil acesso ___ Fácil acesso (sem passarela) ___ Fácil acesso (com passarela) ___

2. Existência de equipa de salva-vidas na praia?

Não existe ___ Existe (porém, em número não apropriado) ___
Existe (apropriado) ___

3. Existência de sombras na praia?

Não existe ___ Árvores que protegem os visitantes do sol ___
Sombras artificiais ___

4. Existência de balneários?

Inexistente ___ Existente (número reduzido) ___ Existente (número apropriado) ___

5. Existência de serviços de acomodação, bar, restauração e outros?

Não existem ___ Existe (número reduzido) ___ Existe (em número apropriado) ___

6. Qual é a sua opinião em relação a circulação de animais domésticos na praia?

Não concordo, acredito ser inadequado ___ Apoio a ideia, é algo normal ___ Indiferente ___

7. Existência de depósitos de lixo ao longo da praia?

Inexistente ___ Existem, são poucos ___ Existem, adequado ___

8. Existência de transporte e telefone públicos ao redor da praia?

Inexistente ___ Existem, são poucos ___ Existem, adequado ___

PARTE 2: PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS EM RELAÇÃO À QUALIDADE DA PRAIA

9. Abaixo estão listadas várias características de praias. À esquerda, avalie o quanto é importante para você que cada característica seja fornecida na Praia do Tofo. Então, à direita, avalie o quanto você está satisfeito com cada característica na Praia do Tofo. Por favor, responda a ambos as questões de importância (à esquerda) e satisfação (à direita) para cada característica circulando os números de cada item.

IMPORTÂNCIA					Características da Praia do Tofo	SATISFAÇÃO				
Não importante		Indiferente	Muito importante			Muito insatisfeito		Indiferente	Muito satisfeito	
1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Disponibilidade de estacionamento para veículos	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Banheiros	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Chuveiros/ estações de enxague	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Latas de Lixo	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Mesas de piquenique	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Bancos de parque	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Placas de informação sobre regulamentos/	1	2	3	4	5

					directrizes					
1	2	3	4	5	Presença de salva-vidas	1	2	3	4	
1	2	3	4	5	Não é necessário pagar uma taxa para visitar a área	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Oportunidade de escapar de multidões	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Água limpa do oceano	1	2	3	4	
1	2	3	4	5	Oportunidade de ver pequena vida marinha (por exemplo, peixes)	1	2	3	4	5
1	2	3	4	5	Oportunidade de ver grande vida marinha (tartaruga, golfinho)	1	2	3	4	5

PARTE 3: SOBRECARGA TURÍSTICA

10. Estamos interessados em quantas pessoas você deseja ver na Praia do Tofo. Avalie o quão ACEITÁVEL é a densidade de pessoas em CADA fotografia abaixo SE FOSSE OCORRER NA PRAIA DO TOFO (selecione UMA OPÇÃO por foto).

Fotografia	Muito inaceitável	Inaceitável	Nenhum	Aceitável	Muito aceitável
A	1	2	3	4	5
B	1	2	3	4	5
C	1	2	3	4	5
D	1	2	3	4	5
E	1	2	3	4	5
F	1	2	3	4	5

11. Agora, por favor, avalie até que ponto você acha que a densidade de pessoas em CADA fotografia acima DEVE OU NÃO PODE OCORRER NO TOFO. (circule um número para cada foto)

Fotografia	Definitivamente não deve ser permitido	Talvez não deveria ser permitido	Indiferente	Deveria ser permitido	Com certeza deve ser permitido
A	1	2	3	4	5
B	1	2	3	4	5
C	1	2	3	4	5
D	1	2	3	4	5
E	1	2	3	4	5
F	1	2	3	4	5

12. Qual foto acima é como o que você viu com mais frequência na praia do Tofo hoje? (marque UMA FOTO APENAS)

Foto A ____ Foto B ____ Foto C ____ Foto D ____ Foto E ____ Foto F ____

PARTE 4: PERFIL DO ENTREVISTADO

13. Género

Masculino ____ Feminino ____

0 ____ 5 ____ 10 ____ 20 ____ 35 ____ 50 ____ 75 ____ 100 ____ 200 ____
350 ____ 500 ____ 750 ____ 1000 ____ 1500+ ____

14. Proveniência

18. Como é que o número de pessoas na praia afectou a sua diversão, hoje?

Reduziu a minha diversão ____ Não teve nenhum efeito ____

Aumentou a minha diversão ____

15. Já tinha visitado a praia do Tofo?

Não ____ Sim ____ Quantas vezes ____

19. Qual é o número máximo de pessoas que aceitaria nesta praia?

16. Está satisfeita/o com sua visita à praia do Tofo?

Muito insatisfeito ____ Insatisfeito ____ Indiferente ____ Satisfeito ____

Muito satisfeito ____

0 ____ 5 ____ 10 ____ 20 ____ 35 ____ 50 ____ 75 ____ 100 ____ 200 ____
350 ____ 500 ____ 750 ____ 1000 ____ 1500+ ____

17. Aproximadamente, quantas pessoas viu na praia hoje?

20. Deve haver mais acções informativas/ interpretativas na praia do Tofo?

Sim ___ Não ___ Não tenho certeza ___

21. A praia do Tofo deve ser zoneada para que as diferentes actividades recreativas não se sobreponham nas mesmas áreas?

Não ___ Sim ___ Não tenho certeza ___

22. Considerando a praia do Tofo, qual é a sua opinião em relação

a:

a) Melhorar a educação/consciência das pessoas nesta praia

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

b) Restringir o número de pessoas permitidas na praia

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

c) Melhorar a manutenção ou conservação da praia

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

d) Implantar mais instalações ou serviços na praia

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

e) Colocação de mais sombras artificiais

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

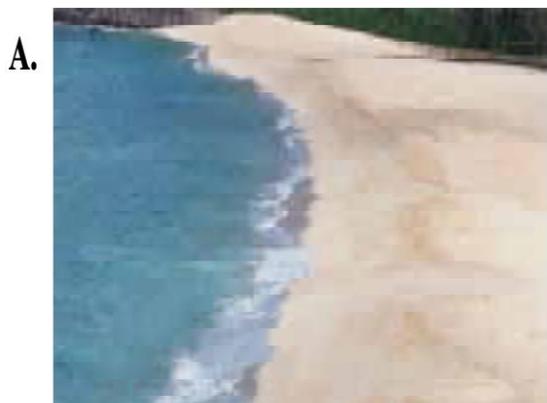
f) Aumentar o número de pessoal salva-vidas

Inaceitável ___ Indiferente ___ Aceitável ___

Fonte: autor, com base em Needham *et al.* (2008)

ANEXOS

Anexo-I: Cenários para medição do grau de ocupação na praia.



Fonte: Needham *et al.* (2008)